

análise de imprensa



Jornais de 23
a 27 NOV. 79

IMPrensa NACIONAL

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 28 NOV. 1979

Distribuído em 28 NOV. 1979 através
do envelope n.º 28 NOV 79 00160

para a reunião ordinária de _____

Na última semana da campanha eleitoral, sem grandes novidades quanto aos temas em que insistem os dirigentes partidários, as atenções são chamadas para dois ou outros factos; qualquer deles é, naturalmente, lido no contexto do próximo voto, do que se faz eco evidente na Imprensa. Na impossibilidade de desenvolver propriamente ambos os processos, vão os mesmos sucintamente relatados, remetendo-se para a leitura dos textos fotocopiados.

1. O "DESPACOTE" E EVENTUAL CRISE NO GOVERNO

A expressão "despacote" é do "Diário" de sáb.24, que manifestamente aplaudiu as medidas tomadas em Conselho de Ministros. Há uma reacção muito semelhante no "Portugal Hoje" da mesma data, que "puxa a brasa à sardinha" do PS. Por seu turno, "O Dia", "Correio da Manhã" e outros jornais próximos da AD insurgem-se contra essas medidas, que consideram demagógicas e atentatórias da capacidade de manobra do futuro Governo. Segue-se o caso Sousa Franco, a que o "Expresso" atribui intenção de se demitir; a posição mais recente do próprio é a de recusar quaisquer comentários (notícia ANOP, na "Capital" de hoje). Vários comentadores exploram o tema de uma "aliança" informal entre o Presidente, a Primeira Ministra e Mário Soares, visando a "manutenção do Poder".

2. O 25 NOV.

Os títulos dominantes, nos jornais do dia 26, citam passos do discurso do General Ramalho Eanes privilegiando os temas da esperança e da tolerância e, em segundo lugar, do respeito pela vontade soberana do Povo. Segue um mapa que arruma todos esses títulos em referência ao jornal que os publicou e ao respectivo destaque (1ª pág. ou interiores). Vão também, na íntegra, o discurso do CEMGEFA ("D. Notícias") e as entrevistas de Souto Cruz e Vasco Lourenço ao mesmo jornal.

3. PRESIDENCIAIS

Nos últimos dias tem havido alguma movimentação em torno de personalidades indicadas para disputar as próximas eleições presidenciais. Seguem os recortes considerados mais significativos.

EANES : "ESPERANÇA NO PORTUGAL NOVO"
"COMEMORAR O 25 DE NOVEMBRO É REFORMULAR UMA ESPERANÇA"
EANES MANIFESTA A SUA CONFIANÇA NA SERENIDADE DOS PORTUGUESES

O PRIMEIRO DE JANEIRO

O PRIMEIRO DE JANEIRO

ESPERANÇA NA DEMOCRACIA, NA LIBERDADE E NA TOLERANCIA
APELO DE EANES AO DIÁLOGO E À NEGOCIAÇÃO

Diário de Lisboa

Diário de Lisboa

EANES APELA À TOLERANCIA
EANES APELA À LIBERDADE E TOLERANCIA NA PRÁTICA DA COEXISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

PortugalHOJE

PortugalHOJE

OPTIMISMO SOBRE O FUTURO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

O Comércio da Noite

o diário

UM PORTUGAL EM QUE NINGUÉM PRETENDA COMANDAR A VINGANÇA
PORTUGAL "DO HOMEM TODO E DE TODOS OS HOMENS"

JN

JN

"AS ARMAS QUE TEMOS ESTÃO AO SERVIÇO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA"
"FORÇAS ARMADAS RESPEITARÃO A VONTADE SOBERANA DO POVO"
FORÇAS ARMADAS RESPEITARÃO A VONTADE DO POVO PORTUGUÊS
FORÇAS ARMADAS RESPEITARÃO VONTADE DO POVO
NADA AFASTARÁ AS FORÇAS ARMADAS DO RESPEITO PELA VONTADE DO POVO
MANIPULAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS CONTINUA A SER ETICAMENTE IMPEDIDA

dp-

CORREIO da manhã

dp-

O DIA

CORREIO da manhã

JN

RELANÇAR A POLÍTICA ECONÓMICA - um dos frutos do 25Nov. apontado por Eanes
Presidente da República confiante na recuperação económica em Estremoz

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Nenhum incidente virá alterar opções duradouras pela CEE e NATO
É um risco fazer da impaciência critério de valor político

a TARDE O DIA

a TARDE
a TARDE

AD fará de 2 de Dezembro o 25 de Novembro civil
Festejos do 25 de Novembro evidenciam bipolarização política

A CAPITAL

A CAPITAL

"A comemoração do 25 de Novembro não é uma rotina"

PortugalHOJE

PortugalHOJE

Soares denuncia aproveitamento reaccionário do 25 de Novembro



de pagar o de poderes, ideia de que o os ministros, por si resolver todos problemas. Não podem. Muitos dependem de outros poderes, em que o Governo não manda nada. E ainda bem que assim é.

CP — O seu relacionamento com todos os seus colegas de Governo pauta-se por um clima de perfeito entendimento ou uma colaboração com pontos concretos difíceis de viabilizar?

SF — O entendimento pessoal dentro do Governo não tem problemas, e é mesmo muito superior ao que podia esperar-se num Governo não partidário, onde muitas vezes as pessoas se não conheciam pessoalmente antes de formarem equipa e não obedecem a qualquer disciplina partidária. Isto não impede que, naturalmente, existam sensibilidades pessoais diversas, visões diferentes do interesse nacional e um pluralismo interno bastante amplo, que é acrescido pelo facto de num período de desorganização administrativa como o que vivemos as soluções fáceis serem sempre as que levam a gastar mais dinheiro. As burocracias propõem sempre mais gastos, raramente propõem (ou até aceitam) transformações qualitativas. Devo reconhecer que, na generalidade dos meus colegas, tenho encontrado compreensão para as dificuldades que há em ser, com rigor e exigência, ministro das Finanças nesta conjuntura em que o Estado deve ser o primeiro a apertar — e apertar muito — o cinto, embora haja quem tente encontrar mil e uma maneiras de o não fazer. Isso tem de fazer-se, e há-de ser feito.

CP — Entre o ministro das Finanças e o Banco de Portugal existiu um clima de fricção. Agora é positivo o clima de diálogo?

SF — O clima pessoal é de respeito mútuo, exercendo cada um os poderes que lhe competem e respeitando-se as pessoas como cumpre. O problema das relações entre o Ministério e o Banco é, porém, um problema institucional, criado pela lei orgânica de 1975, que dotou o Banco de Portugal de todos os poderes e privou o Ministério das Finanças de quase todos os meios para exercer a tutela financeira. O gongalvismo apontava assim para um modelo em que ao Ministério das Finanças caberia quase só o orçamento e ao Banco Central caberia todo o controlo monetário e do crédito. Como não fomos de facto para uma economia colectiva, este esquema está errado, e penso que deverá ser mudado; mas não julgo que um Governo como o V Governo pudesse fazê-lo. A questão é verdadeiramente esta, e não se cifra em queelas de pessoas, que de há muito se conhecem e (ao menos, f- do por mim) se

alguns amigos pessoais. CP — A actual situação política do País com Governo de características gestoras actua como dissuasor do investimento estrangeiro?

SF — Penso que não. Basta notar que não houve qualquer diminuição de interesse — nem nos actos nem nas iniciativas concretas — tanto nos médios como nos grandes projectos — o projecto Renault, que prossegue como previsto o projecto Ford, que é uma possibilidade muito interessante. O que pode prejudicar é a instabilidade em que temos vivido nos últimos anos. Mas pode notar-se da parte dos investidores estrangeiros confiança nos factores principais de estabilidade política de que neste momento dispomos no sistema constitucional: o senhor Presidente da República e, ao menos, alguns dos grandes partidos, que são suficientemente conhecidos, no estrangeiro e de cujas convicções democráticas e de progresso se não suvida ro estrangeiro (falo, por exemplo,

NAO SE CAIRÁ NO CAOS QUE ALGUNS BEM QUEREM PROVOCAR

C.P.—O Conselho da Revolução declarou inconstitucional o adicional ao Imposto Complementar aplicado em 1976. Está o Estado em condições financeiras e burocráticas de proceder ao respectivo reembolso?

SF — Nos termos em que ele foi declarado, sim. O Ministério das Finanças já definiu as condições em que, nos termos da lei e da resolução que o Conselho da Revolução aclarou, tal poderia suceder. Seria impensável — embora em nenhum país do Mundo alguma vez tal fosse sequer pensado — que se julgasse possível anular vários anos de cobranças de um só imposto. Era como se aqueles que pensaram que suprimindo os capitalistas, se criava mais riqueza fossem agora substituídos por uma demagogia muito corrente por aí, segundo a qual suprimindo

Entrevista conduzida por JOSÉ REIS com fotos de ACÁCIO FIGUEIREDO

do Partido Socialista que tem tido mais responsabilidades do Governo e tem sido até hoje o partido mais votado). Também as perspectivas de voto, qualquer que seja o resultado das votações, não parecem assustar os investidores estrangeiros: nenhuma delas lhes suscita dúvidas significativas.

CP — Existem suficientes incentivos ao investimento estrangeiro a que sucessivas crises políticas tem dado distintos ambientes? Ou será que as multinacionais se aproveitam deste ambiente para uma maior penetração?

Os incentivos que existem são bastantes, embora possam funcionar melhor, e a dos Governos desde

os impostos: haverá mais riqueza e mais justiça. Ponhamos os pés na terra, sejamos realistas e não caiamos na armadilha que certas declarações tentaram — apenas para provocar uma quebra de cobranças do imposto complementar — portanto, maior desequilíbrio das finanças do Estado. Essa armadilha está demasiado identificada com os que querem agravar todas as coisas de caos político e social, no fito de derrubar o regime democrático, para que possa ser crível para a generalidade do Povo português. Respeitar-se-á a lei e far-se-á justiça — mas não se cairá no caos que alguns bem querem provocar.



Expresso
24 - NOVEMBRO - 1979

Sousa Franco recusa-se a executar pacote social aprovado em C. de Ministros

O MINISTRO das Finanças, António Sousa Franco, vai comunicar formalmente ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, e ao Primeiro-Ministro, Mário de Lurdes Pintasilgo que não executará algumas das medidas do "pacote social" aprovado na última reunião do Conselho de Ministros, que considera inaceitáveis do ponto de vista económico-financeiro.

Nomeadamente, Sousa Franco recusa-se a executar a decisão de baixa da taxa de desconto, decisão esta tomada contra a posição do Banco de Portugal e contra o voto de o ministros, entre os quais o ministro da Coordenação Económica e do Plano e o ministro das Finanças.

Votaram a favor os ministros sem responsabilidades nas pastas

económicas e o próprio Primeiro-Ministro.

O EXPRESSO também apurou que o ministro das Finanças se oporia firmemente à medida, que muitos sectores consideraram "demagógica", da abolição do "tecto salarial" e que se pode revestir de custos graves para a economia portuguesa.

Finalmente, outro ponto que merece contestação a Sousa Franco seria o aumento das pensões de reforma, que atinge uma média de 40 por cento e que acarreta um aumento de despesas de cerca de 19 milhões de contos, aumento este dificilmente comportável pelo Orçamento Geral do Estado.

As mesmas fontes esclareceram que o ministro das Finanças não tencionava apresentar para já o seu pedido de demissão, o que se revestiria de consequências im-

previsíveis a uma semana das eleições intercalares, aguardando a reacção do Presidente da República e do Primeiro-Ministro à sua atitude.

As mesmas fontes não asseguraram que Sousa Franco venha a manter esta posição indefinidamente a partir do dia 2 de Dezembro, se as suas razões não forem atendidas.

Entretanto, de forma inesperada para muitos observadores, o Partido Socialista difundiu ontem um comunicado aplaudindo longamente as medidas aprovadas pelo Conselho de Ministros que considera idênticas àquelas que o PS propõe no seu "Programa de Governo". No mesmo comunicado, o PS ataca as medidas de sentido diverso adoptadas pelo IV Governo Constitucional, que qualifica de "demagógicas".

As vicissitudes de uma Primeiro-Ministro desesperançada

Um Governo acidentado

ANÁLISE POLITICA

por Marcelo Rebelo de Sousa



Expresso

24 - NOV

À ENTRADA da última semana de campanha eleitoral, e quando todos os balanços e prognósticos são ainda legitimamente deixados para daqui a alguns dias (no que não constituímos excepção), reacendeu-se um tema que muitos observadores políticos pensariam definitivamente ultrapassado desde há um mês a esta parte.

Esse tema é o das vicissitudes internas do Governo presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo.

Assim, quando os portugueses se encontram sobretudo virados para a propaganda das diversas forças eleitorais, para o significado político das eleições do próximo dia 2 e para as previsíveis consequências dos resultados eleitorais, a sua atenção é novamente desviada para outro facto indiscutivelmente relevante, relacionado com um dos órgãos de soberania — o Governo.

Em boa verdade, mesmo durante o período de campanha eleitoral, nunca as palavras e os actos do Governo presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo deixaram de se fazer sentir na ribalta política portuguesa.

Em primeiro lugar, porque o Executivo se impôs a si próprio o imperativo, aliás lógico, de concluir todos os seus decretos-leis até à data das eleições intercalares, o que implicou uma concentração de afã legislativo nestas três últimas semanas.

Em segundo lugar, Maria de Lurdes Pintasilgo prosseguiu, de forma insana, a sua série de deslocções ao longo do País, que já foram qualificadas como uma "campanha eleitoral paralela à campanha eleitoral para a Assembleia da República".

Logo, se tudo o que vimos descrevendo sucedesse, e Belém continuasse a exigir maioria parlamentar como base de um governo partidário, então o mais provável seria que não restasse outra hipótese ao Presidente Eanes senão avançar com um VI Governo de iniciativa presidencial.

Se o Presidente da República mudasse agora de critério para a formação de um Governo partidário (deixando de considerar essencial à estabilidade democrática um governo partidário maioritário, no ano crucial de 1980), então teria de convidar a formar Governo a força eleitoral mais votada ainda que não maioritária.

Se a "Aliança Democrática" obtiver o maior número de votos nas eleições, já disse que não pretendia governar sem maioria absoluta.

Logo, resta a hipótese de o PS ser convidado a formar Governo, ou porque foi o partido mais votado, ou porque, sendo a segunda força eleitoral, a primeira — "Aliança Democrática" — não aceitou.

No fundo, Maria de Lurdes Pintasilgo, só pode apostar ficar em S. Bento nestas hipóteses:

— Governo de iniciativa presidencial, devido à falta de maioria parlamentar;

— Governo da responsabilidade do PS, minoritário, e eventualmente resultante de a "Aliança Democrática" não ter querido formar Executivo como força eleitoral mais votada.

Talvez daí a conveniência de corresponsabilizar o Presidente da República na governação e o "pisar de olho" ao PS, sendo que pelo menos o primeiro parece não estar a colher, mostrando-se Belém em demarcação prudente e expectativa atenta.

Logo, se tudo o que vimos descrevendo sucedesse, e Belém continuasse a exigir maioria parlamentar como base de um governo partidário, então o mais provável seria que não restasse outra hipótese ao Presidente Eanes senão avançar com um VI Governo de iniciativa presidencial.

Na verdade, não é nada curial esta confissão de impotência de um Primeiro-Ministro, que admite que há departamentos que não consegue harmonizar, que declara que há autonomias tão flagrantes dentro do Governo que põem em risco a própria consequência das opções políticas prosseguidas pelo Executivo.

A culminar este processo, com a aprovação de um "pacote" de medidas sociais, no último Conselho de Ministros, sobrevieram divergências e demarcações de fundo que o ministro não pôde ignorar.

Divergências notórias da parte do ministro das Finanças, Sousa Franco, entre outros responsáveis económicos.

Demarcação, subtil, mas evidente, por parte do ministro da Defesa Nacional, Loureiro dos Santos, desejoso de mostrar que prefere a vida militar à sua função governativa.

Para já, e independentemente dos resultados do dia 2, é um quadro muito pouco animador para qualquer campanha eleitoral de Maria de Lurdes Pintasilgo, destinada a permanecer em S. Bento.

Dentro de dias se verá se esse quadro ficará (ou não), mais carregado nos seus troços mais negros para as eventuais expectativas de Lurdes Pintasilgo.

Loureiro dos Santos pede comando militar

SEGUNDO fontes bem informadas, o tenente-coronel Loureiro dos Santos, requer a formalmente, que lhe fosse atribuído o comando de uma unidade militar, por período não inferior a um ano, o que significa o seu regresso, a muito breve trecho, à hierarquia do Exército, abandonando quaisquer funções políticas, nomeadamente no plano governativo.

Este pedido do tenente-coronel Loureiro dos Santos, foi apresentado às instâncias competentes das Forças Armadas Portuguesas com uma disposição que mantere a notícia desconhecida da generalidade dos órgãos de informação e dos observadores políticos portugueses.

Como é sabido, o comando de uma unidade militar constitui um dos requisitos "sine qua non" para

a promoção de qualquer oficial do Exército ao posto de coronel.

Mas, o requerimento de Loureiro dos Santos significa sobretudo, para muitos observadores, um gesto político de demarcação relativamente ao Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

O tenente-coronel Loureiro dos Santos tem desempenhado no V Governo Constitucional, presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo, o cargo de ministro da Defesa Nacional, e deslocou-se muito recentemente aos Estados Unidos da América a convite das autoridades daquele país, tendo, no seu regresso, feito o ponto da situação militar e política portuguesa, numa longa entrevista que concedeu ao EXPRESSO.

A CAPITAL, TERÇA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 1979

GOVERNO DESENTENDIDO? MINISTRO DAS FINANÇAS RECUSA COMENTÁRIOS

O ministro das Finanças não temoção tomar qualquer posição pública sobre notícias vindas a público relativamente a uma possível recusa na aplicação de algumas medidas decididas no último Conselho de Ministros. Segundo apurou a Anop, Sousa Franco não fará qualquer declarações públicas até às eleições, à excepção de uma entrevista que já concedeu e ainda não foi publicada.

Esta atitude deve-se ao facto de «a campanha eleitoral estar no fim» e Sousa Franco entender que deve ser deixada aos partidos.

Não obstante esta atitude do responsável da pasta das Finanças, um porta-voz do Ministério

afirmou à Anop serem puramente especulativas as notícias vindas a público sobre uma possível recusa na aplicação de algumas medidas decididas no último Conselho de Ministros.



Manobra de antecipação contra previsível vitória de AD?

Governo Pintassilgo "compromete" vida nacional em 1980

• PS chama a si os louros das medidas económicas e sociais ora tomadas

O Partido Socialista saudou ontem o conjunto de medidas de carácter social, adoptadas pelo Governo de Lurdes Pintassilgo. Em nota do gabinete de Imprensa, o PS sublinha que as decisões governamentais só foram possíveis "graças à política de austeridade responsável e realista" dos executivos de Mário Soares. Os socialistas consideram que há uma grande proximidade entre as decisões adoptadas, nomeadamente quanto às pensões de reformas, tecto salarial, crédito, impostos e desvalorização do escudo, e o próprio programa do PS.

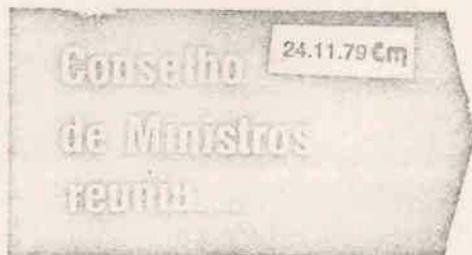
O Conselho de Ministros, numa atitude que observadores qualificados consideram ser uma manobra de antecipação contra uma previsível vitória eleitoral da Aliança Democrática no próximo dia 2 de Dezembro, apreciou um conjunto de directrizes que serão objecto de decisão definitiva após as eleições intercalares. Considerou, no entanto, "ser indeclinável responsabilidade do V Governo Constitucional deixar tais decisões preparadas", mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos de recolha de informações e dados necessários à elaboração do orçamento e dos programas de investimento.

Os objectivos prioritários para a economia portuguesa em 1980 são o relançamento de investimento produtivo, a expansão do consumo privado e das exportações, para que o produto interno bruto (PIB) cresça a uma taxa entre quatro e cinco por cento.

A definição destes objectivos foi feita na reunião de quinta-feira do Conselho de Ministros, cujo comunicado final especifica que o investimento deverá crescer em 1980 a uma taxa ligeiramente superior à do produto.

Em função da prioridade atribuída aos diferentes objectivos, o Governo deu "que o défice global do sector público administrativo para 1980 deva ser na mesma ordem de grandeza do previsto para 1979", que equivale a cerca de 9,5 por cento do PIB, a preços de mercado.

Na estrutura deste défice deverá haver uma maior participação das rubricas do capital, através do incremento das dotações para investimento produtivo e saneamentos financeiros na indústria básica e nos serviços, no âmbito do apoio a prestar à iniciativa privada na Construção, Agricultura e Pescas e Turismo.



O Conselho de Ministros, reunido anteontem em Belém, aprovou, aparentemente, medidas concretas. Só que, em vista das coisas acabam por não ultrapassar as declarações de intenções...!

Recebemos de um lado, gastamos por outro. Somos sempre nós a pagar...

Estranho também, para não dizer insólito, o facto de o próprio Presidente da República ter presidido à reunião de um «Governo de cem dias»... já caducados.

Não deixa igualmente de suscitar as maiores apreensões o facto de, a uma semana das eleições, o Executivo (que certamente irá mudar) tomar medidas de fundo que só outro gabinete poderá (ou não) executar. «Pacotes»...

«Os objectivos prioritários para a Economia Portuguesa em 1980 são o relançamento de investimento produtivo, a expansão do consumo privado e das exportações, para que o produto interno bruto (PIB) cresça a uma taxa entre quatro e cinco por cento» — considerou o Conselho de Ministros na reunião de quinta-feira, cujo comunicado final especifica que o investimento deverá crescer em 1980 a uma taxa ligeiramente superior à do produto.

O Conselho de Ministros apreciou um conjunto de directrizes que serão objecto de decisão definitiva após as eleições intercalares. Considerou, no entanto, «ser indeclinável responsabilidade do V Governo Constitucional deixar tais decisões preparadas», mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos de recolha de informações e dados necessários à elaboração do orçamento e dos programas de investimento.

Em função da prioridade atribuída aos diferentes objectivos, o Governo decidiu «que o défice global do sector público administrativo para 1980 deverá manter-se na mesma ordem de grandeza do previsto para 1979», que equivale a cerca de 9,5 por cento do PIB, a preços de mercado.

Na estrutura deste défice deverá haver uma maior participação das rubricas do capital, através do incremento das dotações para investimento produtivo e saneamentos financeiros na indústria básica e nos serviços, no âmbito do apoio a prestar à iniciativa privada na Construção, Agricultura e Pescas e Turismo.

Um pacote eleitoral

É evidente que qualquer Governo responsável não se lança a espalhar benefícios — por mais justos — a torto e a direito, sem que haja o dinheiro necessário para tanto em termos reais. E isto porque as despesas do Estado têm que ter uma contra-partida nas receitas, a menos que se pretenda pôr a trabalhar a máquina de imprimir notas na Casa da Moeda.

Vimos, por isso, os patrióticos esforços do Governo Mota Pinto para não criar — através de concessões que favoreceriam, decerto, a sua popularidade — novas despesas para o Estado, no campo salarial e social, pois encontrar a necessária correspondência que só pode resultar dos impostos. Mas para que estes aintjam o volume desejado, há que criar um clima efectivo de desenvolvimento e produtividade.

Ora como nada disso acontece, pasma a velocidade — segundo relatou o Telejornal — com que o Governo Pintassilgo se lança, através de um chamado "Pacote Social", a distribuir benesses —

desprezando até ao tecto salarial de 20 por cento, indispensável para conter a inflação — num afã sem dúvida destinado a melhorar a face da Esquerda em vésperas de tão decisivas eleições.

Dado que a Aliança Democrática ganhará, sem sombra de dúvida, as eleições intercalares, será ela quem terá de absorver este autêntico bode "in extremis" e encontrar dinheiro para o pagar, o que necessariamente conduzirá a novos impostos, directos ou indirectos, a exigir a contribuintes já exangues por motivo da absurda caminhada para o Socialismo.

Assim, o que se discute não é a justiça daquelas iniciativas pois está por demais consubstanciada, é sim a intenção e a irresponsabilidade com que são tomadas, deixando para os outros as incalculáveis consequências.

O desacordo dos ministros responsáveis pelas pastas económicas, de que se fez eco o último "Expresso", atribui, com efeito, à reunião o carácter de um "forcing" dos ideólogos contra a resistência dos tecnocratas, tendo em vista fixar para a posteridade a imagem de marca do quinto governo, associada imorredoramente a uma rasgada e generosa política social.

Comportamento pouco próprio, por certo, de um executivo de gestão com a finalidade de promover a realização de eleições e de assegurar a neutralidade da área do poder, mas que se integra perfeitamente na índole do quadro institucional que nos legou a Constituição de 76.

As decisões agora tomadas pressupõem, na realidade, a natureza imutável do estatuto fundamental, homologando sem reservas a transição para o socialismo e recusando a hipótese de uma autêntica alternância na esfera do poder.

A necessidade de mudança o gabinete responde com a aceleração na continuidade, não de sua vontade de...



27 NOVEMBRO

Enganados e ofendidos

As decisões tomadas na reunião do Conselho de Ministros, a que simbolicamente presidiu o general Eanes, parecem revestir, no essencial, a natureza de um programa de intenções destinado a sensibilizar demagogicamente certos estratos sociais e a comprometer politicamente um eventual sexto governo "reaccionário", constituindo uma espécie de testamento do gabinete dirigido por Maria de Lurdes Pintassilgo.

Mais problemas no seio do V

Parecem agravar-se decididamente os problemas no seio do V Governo Constitucional, presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo, problemas esses aliás já publicamente reconhecidos pela própria primeira-ministra aquando da recente deslocação a Arganil.

As questões principais parecem incidir neste momento nas pastas das Finanças e da Defesa Nacional, após as atitudes recentemente tomadas pelos respectivos responsáveis, Sousa Franco e Loureiro dos Santos.

Em relação ao primeiro, as suas divergências prendem-se fundamentalmente com várias medidas do «pacote social» aprovadas em Conselho de Ministros e que, para o titular da pasta das Finanças, são inaceitáveis no capítulo económico-financeiro.

Muito concretamente, Sousa Franco opõe-se à baixa da taxa de desconto (posição idêntica é sustentada pelo Banco de Portugal), abolição do «tecto salarial» e aumento das pensões de reforma, este último de largo alcance social, mas dificilmente suportável dentro do Orçamento Geral do Estado.



S. Franco: provável demissão

Para não causar uma maior desestabilização do já conturbado plano político em que se move o V Governo, Sousa Franco não pensa, para já, apresentar o seu pedido de demissão, muito embora a sua atitude possa ser alterada após as eleições do próximo dia 2 de Dezembro.

Quanto ao tenente-coronel Loureiro dos Santos, actual Ministro da Defesa Nacional, a sua situação é um tanto diferente, embora no fundo a tônica da sua atitude esteja relacionada com



Pintasilgo: entre dois fogos

uma tentativa pessoal de demarcação do actual elenco governativo e da própria actividade política.

Assim, Loureiro dos Santos teria requerido a atribuição do comando de uma unidade militar, por período superior a um ano, o que marcaria o seu regresso à vida militar, constituindo, para além disso, uma possibilidade de promoção ao cargo de coronel.

Para além deste seu desejo de regresso à hierarquia militar, está bem claro um afastamento



L. dos Santos: a demarcação

à linha política do Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Os casos de Sousa Franco e Loureiro dos Santos poderão vir a ser aclarados muito brevemente, muito em particular a posição do primeiro, pelas importantes questões que o opõem neste momento ao Executivo, onde diplomas fundamentais de carácter económico foram aprovados depois dos ministros da Coordenação Económica e do Plano e das Finanças terem votado contra e do próprio Banco de Portugal ter dado instruções em sentido contrário.



O Comércio do Porto
Fundação Cuidar o Futuro
3 SEGUNDA-FEIRA, 26/NOVEMBRO/1979

«NENHUM MINISTRO PEDIU A DEMISSÃO»

Governo em crise ou tempestade num copo de água?

Sousa Franco vai ficar ou sair mesmo do Ministério das Finanças?

Os rumores que se acentuaram e tomaram corpo a meio da semana passada continuam. Mas a hipótese de inviabilização da crise que está latente, não é hipótese afastada.

A eng.^a Lurdes Pintasilgo, solicitada pelo «O Comércio do Porto» a pronunciar-se sobre a possibilidade do prof. Sousa Franco deixar o seu Governo, disse-nos, em Estremoz, no final das cerimónias comemorativas do «25 de Novembro».

— Nenhum ministro apresentou o seu pedido de demissão.

- Mesmo em termos não oficiais?
- Tão pouco.
- O prof. Sousa Franco, concretamente, não disse que se ia embora?
- Não tenho conhecimento de nada.
- Mas ele está aborrecido com as medidas do Conselho de Ministros sobre o tecto salarial, a taxa de juro e as pensões de reforma?
- Isso só ele poderá responder.
- Não será possível que a médio prazo venha a acontecer uma crise de Governo?
- Não prevejo... E também só estarei mais uns quinze dias no Governo.



Afinal, sempre há crise no Executivo

Praticamente consumado o afastamento de Sousa Franco

Fontes fidedignas confirmaram a "O DIA" ser praticamente insanável o conflito aberto entre o ministro Sousa Franco e a orientação da Primeiro-Ministro e de parte do seu Executivo. No último plenário, realizado em Belém sob a presidência de Ramalho Eanes, Sousa Franco saiu muito mais cedo da reunião, depois de ter sido vencido nos seus argumentos, que consideravam inexecutível a nova política do pacote social e perigosa a fixação da nova taxa de desconto.

A reforçar esta informação está também o facto de a equipa de Sousa Franco nas Finanças não proceder já a qualquer despacho. As mesmas fontes manifestaram-nos a convicção de que a equipa de Sousa Franco formalizará o pedido de demissão logo no princípio da próxima semana.

Oficiais saneados reclamam justiça

Militares afastados pelo "gonçalvismo" querem contribuir para que as Forças Armadas se "voltem a nortear, sem equívocos, por imperativos de ética indispensáveis para a sua coesão e eficiência e para o cumprimento da sua missão nacional" (Págs centrais)

Oficiais "saneados" voltam a protestar

Os oficiais do Exército coercivamente afastados do serviço activo, por invocação indevida do Decreto-Lei 309/74, reuniram-se de novo, tendo deliberado, por unanimidade, protestar mais uma vez por ainda não haver uma justa revisão — que não possa confundir-se com qualquer forma de amnistia — sobre a decisão contra eles tomada há já mais de cinco anos. Além disso, os mesmos oficiais decidiram também tornar públicos os principais motivos que os levam a persistir na sua luta por essa justa revisão.

28 NOVEMBRO 1979 O DIA

Fundação Cuidar o Futuro

Assim, no comunicado final da reunião mencionada, refere-se em primeiro lugar a defesa dos legítimos direitos, seus e dos familiares, gravemente lesados moral e materialmente. A esse respeito, "lembram que os únicos motivos de apreciação consentidos pelo decreto eram a idoneidade moral, a competência profissional e a folha de serviços de cada oficial e está amplamente comprovado que não foi esse o critério seguido na sua aplicação", aduzindo: "Por isso, a decisão assume também foros de calúnia".

A seguir, revela-se que não aceitarão passivamente uma violência, pois "fazê-lo representaria um estímulo para novas violências virem a exercer-se sobre os próprios e sobre os outros". Pretendem igualmente os oficiais em causa "contribuir para que as Forças Armadas voltem o mais rapidamente possível a nortear-se, sem equívocos, por imperativos de ética indispensáveis para a sua coesão e eficiência e para o cumprimento da sua missão nacional". De acordo com o documento, "isto exige que elas se resgatem da baixa de

se terem tomado decisões da gravidade dos 'saneamentos' na irresponsabilidade de votos secretos, sem se declararem e registarem em acta os motivos justificativos do afastamento de cada um e sem aos lesados ser dado o direito de defesa".

Os oficiais reunidos deliberaram também dar conta do seu desejo de contribuir igualmente "para que as Forças Armadas se tornem efectivamente e nacionalmente e rigorosamente apartidárias, como aliás o impõe a Constituição". Para tanto, acrescenta-se, "será necessário que se desvinculem do acto arbitrário e violento que dentro das mesmas se consumou para satisfação de decisões tomadas fora delas, em congresso realizado nove anos antes do 25 de Abril por um partido político que sempre tem feito prevalecer os seus compromissos internacionais sobre os interesses nacionais". Os "saneamentos", diz-se mesmo depois, "constam do programa então aprovado por esse partido e visaram neutralizar as Forças Armadas para ele e os seus aliados estrangeiros retirarem os mais amplos benefícios em

múltiplos sectores e designadamente na descolonização".

Finalmente anuncia-se o propósito de "desfazer a ideia desprestigiante para as Forças Armadas que em muitos lados tem vindo a expandir-se de que o problema dos oficiais ditos saneados não terá solução nem breve nem justa". Para este grupo de militares "isso dever-se-á a que a vontade dos que defendem a devida solução não será bastante para se impor aos que, mantendo-se ao serviço activo, se lhes opõem por vinculação ideológica às forças partidárias que instigaram a decisão em causa, aos que em número relativamente elevado, se mostram apáticos e indiferentes a problemas de ética e moral e a uns tantos que, por cálculo pouco digno, só desejam a resolução do problema quando a maior parte, senão a totalidade, dos legítimos direitos dos oficiais lesados no prosseguimento da sua carreira, já não puderem ser usufruídos efectivamente".

Mostrando-se esperanças de que não seja necessário reclamar durante muito mais tempo a justiça devida, a comissão central dos oficiais afirma "muito claramente

que continuaremos a lutar durante o tempo que for necessário para a conseguirmos". E conclui: "Estamos seguros que isso acontecerá, porque em Portugal há-de mandar realmente a vontade da maioria dos portugueses que condena esta violência e arbitrariedade".



Há uma tentativa de bipolarizar o Alentejo

• São boas as relações entre o PS e o Presidente da República

Ao iniciar a sua viagem por terras alentejanas, Mário Soares afirmou ontem em Mértola que, «há uma tentativa de polarizar o Alentejo em dois extremos: o dos antigos latifundiários e o de uma Reforma Agrária, que é também totalitária», adiantando que o PS «diz não a esses dois projectos».

Nesta vila do Baixo Alentejo, o secretário-geral do PS era esperado por várias centenas de pessoas aglomeradas junto à sede socialista local, a cuja inauguração Soares presidiu. Numa breve intervenção de apresentação, um dos candidatos do PS pelo distrito de Beja, e em alusão à sua condição de padre, afirmaria que «aqueles que acreditam em Jesus Cristo, que acreditam na Fé, só podem votar no PS».

Começava assim, da melhor maneira, a visita eleitoral de Mário Soares ao Alentejo, facto que seria confirmado nas etapas seguintes, nomeadamente em Almodôvar e numa pequena aldeia de nome Salbiana, onde muitos trabalhadores vieram à rua, para ver, cumprimentar e aplaudir o

dirigente socialista.

Em Almodôvar, onde inauguraria também uma nova sede local do seu partido, naquela que foi considerada por Mário Soares como «um oásis socialista no Alentejo», o secretário-geral do PS usando da palavra na varanda da nova sede socialista, para um elevado número de trabalhadores afirmou, a dado passo, que «aqueles que com tanta arrogância se têm apresentado no Alentejo, temem agora apresentar-se com o seu símbolo, com a foice e o martelo, numa clara demonstração de fraqueza e de derrota».

A questão agrária e a alternativa socialista aos dois projectos totalitários, o papel do PC no Alentejo e a necessidade de evitar uma bipolarização, foram as tó-

nicas principais das intervenções de Mário Soares, nos vários locais por onde passou, antes de encerrar a sua passagem por terras alentejanas, com um comício à noite, em Reguengos.

As recepções dispensadas à cavavana socialista, surpreenderam mesmo algumas pessoas, constituindo um sintoma, segundo nos declarou o candidato PS, atrás referido, padre Manuel Reis, de que «o PS pelo menos vai manter o seu eleitorado nas legislativas, e espera também ganhar nas autárquicas mais algumas Câmaras do que as que já possui».

Boas relações com Eanes

Em conversa com alguns jornalistas, efectuada pela manhã em Vila Real de St.º António, Mário Soares considerou que a mensagem do PR e o discurso feito na comemoração do 25 de Novembro, são coincidentes e re-

velam o mesmo espírito e a mesma análise.

Afirmando que as relações entre o PS e o PR nunca foram divergentes, Mário Soares considerou que tanto o jantar que teve na Presidência da República como a mensagem que enviou a Eanes, revelam as boas relações entre este e o PS, no objectivo comum da salvaguarda do regime democrático em que vivemos.

Encontro com Pintasilgo

Aproveitando o facto de a Primeira-Ministra se ter deslocado à Cooperativa Agrícola «Monte dos Frades», perto de Beja, Mário Soares, que se encontra em campanha eleitoral no Baixo Alentejo, encontrou-se com Maria de Lurdes Pintasilgo, naquela cooperativa socialista.

Tanto Mário Soares como a Primeira-Ministra foram alvo de calorosa recepção dos trabalhadores daquela cooperativa.

Encontro de Lurdes Pintasilgo com Mário Soares no Alentejo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

- 27-11-1979

Maria de Lurdes Pintasilgo foi ontem recebida, ao fim da tarde, na Cooperativa Agrícola de «Confrades», em Fonte dos Frades, nos arredores de Beja, por Mário Soares. A deslocação e o encontro dos dois políticos deu-se quase por acaso, devido, primeiro, ao exemplo que aquela herdade socialista representa hoje no Alentejo, e, depois, ao interesse de Mário Soares em fazer coincidir os horários de ambos.

O diálogo travado foi, disse ao «DN» o líder do PS, «muito cordial», durante o qual «falamos nas medidas sociais há dias tomadas pelo Governo e que só foram possíveis devido à actuação do nosso partido quando no poder».

Durante cerca de uma hora, Lurdes Pintasilgo e Mário Soares percorreram demoradamente a cooperativa, que mereceu da primeira-ministra palavras de especial admiração pelo trabalho e pelos resultados conseguidos.

Por sua vez, Lurdes Pintasilgo comentou o seu encontro com Soares como «normalíssimo».

«Como foi com ele (Mário Soares) poderia ter sido com outro

dirigente partidário», acrescentou.

Sempre acompanhada pelo ministro da Coordenação e do Plano, Correia Gago, Lurdes Pintasilgo visitou, na zona de Pias, além da unidade colectiva de produção «A Esquerda Vencerá» a Cooperativa Agrícola Fonte de Frades. Na vila de Moura, onde era aguardada por autoridades civis e militares do distrito de Beja, a primeira-ministra observou a construção de um lar para a terceira idade, deslocando-se depois ao infantário local.

Lurdes Pintasilgo esteve também em Beja, onde percorreu as instalações da Polícia de Segurança Pública.

«Foi uma viagem positiva», afirmou a primeira-ministra no final da sua deslocação, «pois são sempre benéficos os contactos directos com os problemas das populações».

Assinala-se que o comércio de Pias, no Baixo Alentejo, encerrou ontem à tarde para que toda a população da vila pudesse assistir à chegada da primeira-ministra.

Ministros em Alqueva

Qualquer tomada de posição acerca do empreendimento de Alqueva implica uma decisão global a nível do Governo, segun-

do afirmou à Anop o ministro da Habitação e Obras Públicas, Mário de Azevedo.

O ministro, juntamente com os seus colegas da Indústria e Tecnologia, Marques Videira, e da Coordenação e Plano, Correia Gago, visitou o empreendimento da barragem do Alqueva, no Baixo Alentejo.

Acompanhados pelos secretários de Estado das Indústrias de Base e da Estruturação Agrária, Hugo de Jesus e Pereira Gaspar, respectivamente, os ministros integraram a comitiva da primeira-ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo, na sua visita ao Alentejo.

Depois de classificar a visita como de informação e troca de impressões, Mário de Azevedo referiu que qualquer tomada de posição sobre o empreendimento implica a decisão global a nível do Governo, e observou que «não é aqui que se pode tratar disso».

A primeira-ministra, Lurdes Pintasilgo, não pôde visitar o projecto do Alqueva, como estava previsto em virtude da sua vintura ter colidido, sem consequências, com um carro da Brigada de Transito da GNR, à saída de Lisboa, o que atrasou a viagem em cerca de três horas.



DESAFIO A SOARES DE AMARO DA COSTA

«CONVERGÊNCIA ENTRE EANES E O PS»

Indícios de crescente aproximação com o presidente Ramalho Eanes estão a marcar a actual fase da campanha eleitoral do Partido Socialista. Em declaração à Imprensa, o próprio Mário Soares declarou verificar-se uma «convergência» entre o PR e o seu partido.

Essa convergência motivou ontem uma intervenção de Adelino Amaro da Costa, durante um comício promovido pela Aliança Democrática em Santo Tirso. Aquele dirigente da AD convidou Ramalho Eanes a desautorizar publicamente as declarações de Soares, segundo as quais um Governo da Aliança entraria em «conflito permanente» com Belém.

Amaro da Costa desafiaria, por outro lado, o líder socialista a provocar uma retratação de recentes afirmações

do presidente do PS, António Macedo, para quem a vitória eleitoral da AD levaria a uma «guerra civil».

Com esta dupla reivindicação de públicos esclarecimentos, o presidente da Comissão Directiva do CDS terá pretendido que, quer o presidente da República, quer o secretário-geral do PS, garantam a sua aceitação dos resultados que a vontade popular determinar no próximo dia 2

27-11-79

JN

Fundação Cuidar o Futuro
AMARO DA COSTA DESAFIA EANES

A PROPÓSITO DE MÁRIO SOARES

«O dr. Mário Soares, secretário-geral do PS, tem feito nesta campanha eleitoral declarações muito graves e delicadas. Em concreto, afirmou já que a democracia poderia ficar em perigo, por virtude duma vitória da Aliança Democrática. A declaração é um espanto. Mas é curioso observar que o dr. Mário Soares argumenta em favor da sua absurda tese dizendo que um Governo da Aliança Democrática estará em permanente conflito com o presidente da República e que desse conflito resultará uma enorme instabilidade para as instituições democráticas—afirmou Amaro da Costa em Santo Tirso. «Pelo lado da AD—acrescentou—já se sabe que não haverá iniciativas no sentido de provocar esse conflito. E do lado presidente da República? O país precisa de ser esclarecido, antes das eleições, sobre a atitude concreta que o general Ramalho Eanes tomará perante uma vitória da AD. Não tenho dúvidas que o presidente da República saberá respeitar o voto popular, até porque foi

essa a sua promessa solene, como chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas em 25 de Novembro. Mas como o dr. Mário Soares anda a referir-se ao nome do chefe de Estado na sua campanha contra a AD, daqui reivindico do general Ramalho Eanes que desautorize as declarações do dr. Mário Soares. Os portugueses estão a ver o nome do presidente da República invocado pelo dirigente máximo do PS, na sua luta eleitoral. Seria útil ao país que o general Eanes não consentisse nessa manipulação do seu nome e viesse a público repor as coisas no seu lugar. A questão é tanto mais importante e grave quanto é certo terem-se ambos longamente avistado, durante um jantar particular, mas a que foi dada grande publicidade, em plena campanha eleitoral. Estará o general Eanes de acordo com as afirmações do dr. Mário Soares? Estará ele disposto a aceitar que sobre si seja lançada a calúnia de não respeitar a vontade popular expressa em 2 de Dezembro?».

E a concluir:

«A reivindicação de esclarecimento aqui fica. E se esse esclarecimento não vier, teremos de retirar as nossas conclusões. E uma delas é que o presidente da República não se importa de dar cobertura à campanha eleitoral do PS contra a AD.»

Entretanto, também Pinto Balsemão e Azevedo Coutinho estiveram em Santo Tirso onde estabeleceram contactos com a população local.

À noite, no comício realizado no Cine-Teatro, usará a palavra além de Amaro da Costa, Manuel Andrade e candidatos locais de do Pinto Balsemão a sessão.

Começando a actuação do maneira cr



«Aliança» Eanes/Pintasilgo/Soares na tentativa de manutenção do «status-quo»

As andanças da Primeiro-Ministro pelo Alentejo, em simultaneidade com a campanha do Partido Socialista por terras do Sul do País, personalizada pelo seu secretário-geral, Mário Soares, e conjugadas com as comemorações do 25 de Novembro, em Estremoz, presididas pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, parecem indicar que, todos eles, estão interessados na manutenção do Poder.

É, pelo menos, o que se depreende das palavras de Mário Soares no Alentejo, que se volta uma vez mais para o general Eanes, após um «arnuo» ainda não muito distante, enquanto Lurdes Pintasilgo tenta a sorte de uma «imagem popular». Por seu turno, ficou bem patente no discurso eminentemente militar do Presidente da República, em Estremoz, a reconquista da sua própria imagem perante certas forças políticas, militares e civis.

Assim, a Primeiro-Ministro, Lurdes Pintasilgo, deslocou-se

ontem em visita de trabalho ao Baixo Alentejo.

Sempre acompanhada pelo ministro da Coordenação e do Plano, Correia Gago, Lurdes Pintasilgo visitou, na zona de Plas, a Unidade Colectiva de Produção «A Esquerda Vencerá» e a cooperativa agrícola «Fonte de Frades».

Na vila de Moura, onde era aguardada por autoridades civis e militares do distrito de Beja, a Primeiro-Ministro observou a construção de um lar para a terceira idade, deslocando-se depois ao infantiário local.

Lurdes Pintasilgo esteve também em Beja, onde percorreu as instalações da Polícia de Segurança Pública.

«Foi uma viagem positiva — afirmou a Primeiro-Ministro no final da sua deslocação — pois são sempre benéficos os contactos directos com os problemas das populações.»

Entretanto, em Plas, o comércio encerrou para que toda a população pudesse assistir à chegada da Primeiro-Ministro.

Encontro com Soares

Na sua passagem por Plas, Lurdes Pintasilgo encontrou-se com Mário Soares.

«É um encontro normalíssimo», — comentou Lurdes Pintasilgo quando a interrogaram sobre o significado da presença do dirigente socialista na cooperativa «Fonte de Frades».

«Com Mário Soares poderia ter sido qualquer outro dirigente partidário» — acrescentou.

O secretário-geral do PS esteve em diversas localidades do distrito de Beja, no âmbito da campanha eleitoral do seu partido.

Mário Soares faz «namoro» a Eanes

Mário Soares disse à ANOP que há uma convergência entre o Presidente da República e o Partido Socialista.

Essa convergência, acrescentou, «é nitida na coincidência» entre o discurso de Ramalho Eanes, em Estremoz, e a mensagem que o secretário-geral do PS enviou ao Presidente da República a propósito do 25 de Novembro.

De qualquer forma, frisou, «nunca houve divergência».

Na mensagem a Ramalho Eanes, divulgada domingo, o líder socialista afirmava que «algumas forças têm tentado fazer um aproveitamento reaccionário de

25 de Novembro, como se se tratasse de uma contra-revolução direita».

Embora não tendo estado presente nas comemorações de Estremoz, para o que havia recebido um convite pessoal do Presidente da República, Soares solidarizou-se com o «espírito do 25 de Novembro», identificando-o com o retomar do «verdadeiro espírito libertador, anti-colonialista e de democracia pluralista que o 25 de Abril trouxe, como seu sopro inovador, à sociedade portuguesa».

Eanes e Soares jantaram juntos na passada sexta-feira e debateram a actual situação política.

Enquanto a Aliança Democrática tem feito de críticas duras ao Presidente da República um dos

temas principais da sua campanha eleitoral, os socialistas nunca se referiram de forma apolante ou crítica ao general Ramalho Eanes.

Mário Soares tem, no entanto, referido amiúde que um eventual Governo de direita criaria uma confrontação com outros órgãos de soberania, nomeadamente Conselho da Revolução e Presidente da República.

Ramalho Eanes foi eleito em 1976 com o apoio de socialistas, sociais-democratas e democratas-cristãos. Os primeiros concorrem isolados às eleições de Dezembro, fazendo incidir a tónica da sua campanha nas críticas à Aliança Democrática, de que os outros fazem parte.





1.º capítulo: a inevitabilidade das eleições

Não é segredo para ninguém que a realização de eleições intercalares não foi do agrado de todas as forças políticas existentes e dos projectos que estão ou estão em vias de surgir. As eleições

iniciadas pelo PSD em 1978, não foram de todos. Importa mais referir que, dado o impasse entre as forças favoráveis ao statu quo, as eleições se tornaram inevitáveis, mas a inevitabilidade delas não era forçosamente a aceitação da derrota por parte daquelas forças. Tudo estava em que, por várias formas, se realizassem eleições — porque inevitáveis —, mas sem que daí resultasse qualquer solução que se concretizasse de modo desfavorável aos desejos das forças interessadas na manutenção do statu quo. Com o que entramos no segundo capítulo desta história edificante.

2.º capítulo: a tentativa de desvalorizar as eleições

Como diria a personagem de Lampedusa, era preciso que alguma coisa mudasse para que... tudo ficasse na mesma. O objectivo estratégico seria, portanto, conseguir por vários meios que as eleições intercalares se revelassem inconclusivas, único modo de viabilizar a manutenção dos equilíbrios anteriores.

Com os meios disponíveis, a actuação foi iniciada. O seu primeiro e importante passo foi a indigitação de Maria de Lurdes Pintasilgo. Com isso pretendem-se iam várias coisas. Em primeiro lugar, na palavra de um autorizado elemento do sector, conseguir o apoio do que chamavam a Igreja internacional no sentido de controlar a por eles denominada Igreja nacional, para que esta última se tornasse mais aberta às forças de esquerda. Depois, tratava-se de lançar uma personagem com algum carisma, que se julgava dinâmica, realizadora, que gerasse na opinião pública a ideia de um governo sem prazo, com programas profundos de reformas e dimensionados para o médio prazo. Tratava-se assim de desvalorizar o sentido das eleições intercalares. Eleições para mudar não seriam sentidas pela opinião pública como necessárias, pois o statu quo estava a mudar por si mesmo, sem necessidade delas. Finalmente Pintasilgo, governando à esquerda e com gente de esquerda, poderia inverter o processo político "direitizante" que estava em curso, como maior ou menor êxito, desde 25 de Novembro. Se a isto acrescentarmos a tendência sociológica para o voto no poder, teremos o esquema completo.

Indigitar Pintasilgo foi importante, mas não bastava. Era preciso, em simultâneo, potenciar a tendência crescente para o afastamento entre a opinião pública e os partidos e os dirigentes destes. De facto, quanto maior fosse a dessincronia entre uma e os outros, maiores condições existiriam para que as eleições se viessem a revelar inconclusivas. Nesse contexto se deve entender o saltitar de feira em feira a que Ramalho Eanes meteu pés, procurando sobrepor a sua imagem à dos dirigentes partidários, e que levou CID a fazer algumas das ácidas caricaturas que tanto desagradaram ao hóspede de Belém.

Se tudo isto era útil, não era porém ainda suficiente. Forçoso era também

3.º capítulo: hipotecar o futuro

O terceiro capítulo está a decorrer e é, por um lado, a campanha eleitoral paralela que a Primeira-Ministro vai desenvolvendo, essa sim coberta pelos grandes meios de difusão, como Marcelo Caetano também fazia. Por outro lado, concretiza-se paradigmaticamente em três factos ocorridos na passada semana. Estou a falar da aprovação do chamado pacote social, da presença de Ramalho Eanes no Conselho de Ministros e do jantar que este ofereceu a Mário Soares. De alguma forma poder-se-á dizer que estes factos selam a coligação das forças partidárias da manutenção do statu quo, agora já com a aceitação implícita de uma liderança.

A aprovação do pacote social, em si mesma, é um sinal claro da tendência para "explicar" que as eleições não servem para nada, pois este governo surge a fazer as maravilhas que em regra se esperam nas vésperas dos actos eleitorais que se realizem depois deles. Mas, mais do que isso, é uma hipoteca pesada para quem receber o poder a seguir às eleições. Se mantiver o pacote social... o melhor é dar a palavra a Sousa Franco (entrevista ao "Comércio do Porto" de domingo): "se tal se fizesse (baixar as taxas de juro) voltaríamos a 1977 — com défice de pagamentos, escassez cambial, inflação agravada, e então necessidade de novas medidas de austeridade pura..." Mas, também, se o novo Governo revogar as medidas já se imagina a base que isso poderá dar para agitação social.

A presença de Ramalho Eanes no Conselho de Ministros em que isto acontece é, ela também, um facto importante. Ainda que isso vá talvez implicar o afastamento de Sousa Franco que, ele ao menos, algo sabe de finanças. O Presidente surge na liderança daquilo a que sem exagêro se poderá chamar demagogia eleitoralista do Poder, que não concorre às eleições; o que só prova que é ela mais um dos elementos no sentido de as desvalorizar.

As dificuldades do PS na campanha eleitoral são evidentes. A manifestação de Lisboa, que observei com toda a atenção, foi realmente de entusiasmo elevado, mas apesar de mobilizar participantes a nível nacional, como as faixas de pano presentes provavam, não tinha mais gente que a realizada pela AD antes da abertura da campanha. O pacote social foi entusiasticamente saudado pelos socialistas, que assim mostram saber que o não vão administrar. A ida a Belém para jantar, se revela a integração objectiva de Ramalho Eanes na campanha (esta falta de habilidade para jantares do Presidente da República já não é nova...), revela também a aceitação da liderança de Ramalho Eanes por parte de Soares. Por isso é que Soares sabe que não vai governar. Se ganhar a AD, por motivos óbvios. Se perder, teremos um governo presidencial que os socialistas terão de apoiar, durante algum tempo ao menos. O que não fora possível em Junho seria então inevitável. Mas, paradoxalmente, com menos forças ainda, pois a ASDI entretanto esfrangalhou-se e a sua personalidade cimeira, o Prof. Sousa Franco, com coragem e realismo que se reconhece, acabou por se demarcar do projecto.

Será que tanta habilidade junta vai afinal ter como consequência que só o mais fraco, que perdeu com a marcação de eleições intercalares, se vai afinal salvar? A pergunta é estranha, mas a resposta talvez a tenhamos daqui a uma semana.

Lei da Amnistia lança esponja sobre "gonçalvismo"

Aprovado pela Assembleia da República com os votos do PS, PC, UDP e alguns independentes de esquerda em 24 de Abril, vetada pelo general Ramalho Eanes em 4 de Junho, novamente aprovada pelo Parlamento em 25 de Julho, a controversa lei socialista da amnistia foi ontem publicada no "Diário da República", entrando imediatamente em vigor. Logo no artigo 1.º, primeiro ponto, pode ler-se: "São amnistiadas as infracções criminais e disciplinares de natureza política, incluindo as sujeitas ao foro militar cometidas depois do 25 de Abril de 1974, nomeadamente, as conexonadas com os actos insurreccionais de 11 de Março e de 25 de Novembro de 1975".

Contestada mais ou menos violentamente pela hierarquia militar, recusada mesmo por alguns dos abrangidos, como militares destacados, associados ao 11 de Março, a

publicação da lei não provocou até agora qualquer tipo de reacção conhecida nesses sectores. Aliás, ela é iniciativa — convém recordar — de um partido cujo secretário-geral defendeu, em tempos, acaloradamente, na televisão, que não se passasse uma esponja sobre aqueles acontecimentos. Também o actual Presidente da República prometeu na sua campanha eleitoral que seriam julgados os implicados no 11 de Março e 25 de Novembro, sendo agora obrigado a apor a sua assinatura num documento que claramente contraria tais compromissos.

Mas a lei, ainda por cima, amnistia também "as infracções de deserção e ausência ilegítima cometidas em consequência dos actos abrangidos", especificando depois, que se consideram "de natureza política as infracções criminais referidas no artigo 39.º, parágrafo único, do Código de Processo

Penal, na sua redacção originária, e as infracções disciplinares da mesma natureza". Num último ponto deste artigo, acrescenta-se mesmo, para que não restem quaisquer dúvidas, que "os factos amnistiados pela presente lei não podem servir de fundamento à aplicação de qualquer sanção de carácter criminal, disciplinar ou estatutário".

NEUTRALIZAR OS DESCONTENTES

E é, precisamente aqui que parece residir o principal "alibi" para a publicação pacífica da lei, explorando-se em sectores militares não especificados o facto de estar condicionada por um diploma de 1978, segundo o qual "a apreciação da capacidade profissional ou moral de militares pelos Conselhos Superiores de Disciplina (...) não é prejudicada pela extinção do procedimento disciplinar ou criminal, excepto no caso de morte". Com tal argumento, abundantemente citado sempre que a lei da amnistia tem vindo a lume, pretende-se assim neutralizar os descontentes, incapazes de reagir perante o facto consumado.

Em outro artigo da lei, determina-se que a presente amnistia não abrange as infracções com emprego de bombas ou outros engenhos explosivos e os actos de coacção física ou moral sobre detidos. Segue-se, finalmente, um preceito em que se determina que a amnistia não extingue a responsabilidade civil para com entidades particulares emergentes dos factos praticados. No mesmo artigo lê-se ainda que "se os ofendidos houverem já deduzido pedido de atribuição de indemnização civil em processo crime podem, para efeito da fixação da mesma, requerer no prazo de trinta dias, a contar da entrada em vigor da presente lei, o prosseguimento do processo".

Do mesmo quadrante político que aprovou a lei, quatro organizações já tomaram posição favorável à publicação, como era de esperar, exigindo também "a libertação dos antifascistas

presos e a reintegração". Mais ou menos desconhecidas, são elas a "Comissão de Solidariedade para com os Presos Políticos Antifascistas" (CSPA), a "Organização Unitária de Trabalhadores" (OUT), a "Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com o general Otelo" (CNASGO) e a "União Democrática Popular".

Outra voz que se ergueu imediatamente a favor da amnistia foi a do activista do PRP/BR, Carlos Antunes, um dos beneficiários da sua promulgação pelo Presidente da República. Preso em Caxias, acusado de implicações em actos de bandidismo político e outros crimes, tratou logo de declarar à ANOP estar convencido de que o diploma será aplicado a todos os detidos, nas suas circunstâncias. Quanto ao assassinio de um militante do partido na Marinha Grande, a que oportunamente nos referimos, Carlos Antunes disse, entre outras coisas, que "para o movimento revolucionário e antifascista, para o interesse imediato dos presos, esse indivíduo interessava vivo, porque era, fundamentalmente, para demonstrar a provocação montada ao PRP com as prisões, e se alguém tem dúvidas disso, basta verificar o aproveitamento feito pela imprensa de direita" (pensava, certamente, no "Diário de Lisboa").

Curiosamente, a lei da amnistia foi publicada 48 horas antes das comemorações do "25 de Novembro", data que este ano é assinalada em Estremoz. Aguarda-se como todos os anos, um discurso do Presidente da República, em que geralmente, aproveite para relançar a sua imagem nos sectores à direita do Partido Socialista e que, este ano, parecem terminar logo à esquerda do mesmo PS.

Também no que diz respeito às comemorações, algumas organizações de esquerda já se manifestaram, desta feita para condenar a escolha do local.

Diário de Lisboa

Sábado, 24 de Novembro

AMNISTIA PARA MILITARES Fundação Cuidar o Futuro

CR tenta limitar efeitos da Lei

Foi hoje publicada no "Diário da República" a resolução do Conselho da Revolução que declara que este órgão de soberania não se pronuncia pela inconstitucionalidade do Dec.-Lei n.º 203/78, depois de o ter examinado por solicitação do presidente da Assembleia da República.

Este diploma pretende diminuir os efeitos das amnistias que abrangem militares, uma vez que estabelece que «a capacidade profissional ou moral dos militares pelos Conselhos de Disciplina não é prejudicada pela extinção do procedimento disciplinar ou criminal, excepto em caso de morte».

Sérias críticas foram opostas

por diversos meios jurídicos a este diploma, aprovado pelo Conselho da Revolução depois de se gorar a tentativa de saneamento do almirante Rosa Coutinho, exactamente porque as suas condutas, que eventualmente poderiam ser apreciadas pelo CSD, estavam já amnistiadas, conforme então entendeu o Supremo Tribunal Militar.

Para que isso não sucedesse noutros casos, o CR aprovou este diploma que, segundo alguns especialistas, contém normas incriminatórias e portanto não se poderá aplicar retroactivamente às infracções cometidas antes de ser publicado, em 24 de Julho de 1978.

No entanto, o diploma dificilmente será aplicado aos militares que a hierarquia militar pretende actualmente afastar dos quartéis, todos eles conotados com as linhas defensoras do 25 de Abril e elementos activos do processo político que se lhe seguiu. Com efeito, a Lei da Amnistia que ontem entrou em vigor revoga parcialmente o Decreto-Lei n.º 203/78, que o CR não declarou inconstitucional. De

facto, a Lei é clara em afirmar que não poderão ser aplicadas sanções estatutárias, que decorrem das apreciações feitas nos CSD, aos amnistiados por esta lei, ou seja, aqueles que cometeram infracções por motivos políticos depois do 25 de Abril de 1974.



Mário Soares denuncia aproveitamento reaccionário do 25 de Novembro

O secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares, não esteve presente às cerimónias de Estremoz por se encontrar empenhado na campanha eleitoral. Devido a este facto enviou uma mensagem ao general Eanes, na qual agradece o convite feito para estar presente ao acto, lamenta a sua ausência e solidariza-se com o 25 de Novembro, que, diz, veio criar condições para retomar o verdadeiro espírito libertador, anticolonialista e de democracia pluralista avançada que o 25 de Abril trouxe, com o seu sopro inovador, à sociedade portuguesa».

E acrescenta Soares: «Algumas forças têm tentado fazer um aproveitamento reaccionário do

25 de Novembro, como se se tratasse de uma contra-revolução dircitista».

Afirma depois: «Não foi esse o seu espírito; o 25 de Novembro foi, historicamente, o segundo fôlego do 25 de Abril; veio corrigir a perversão totalitária do 25 de Abril, operada no Verbo quente de 1975, rasgando de novo horizontes de esperança aos que acreditam nos valores e direitos humanos e pensam que a via socialista, consagrada na Constituição da República, significa justiça social e liberdade, com expresso repúdio de uma concepção totalitária do Estado».

E a concluir: «A reorganização das Forças Armadas, a sua disciplina, neutralidade política e

respeito pela legalidade democrática, assumida pelos órgãos de soberania, livremente eleitos pelo povo, têm sido, desde o 25 de Novembro, um factor de primordial importância para a estabilidade política, o desenvolvimento económico e o prestígio externo de Portugal no concerto das nações».

Soares, na sua mensagem ao chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, envia ainda «as respeitadas saudações dos socialistas portugueses».

Recorda-se que o dirigente socialista havia recebido um convite pessoal para participar na cerimónia comemorativa do 25 de Novembro, a exemplo de outras individualidades portuguesas.



Segunda-feira, 26 de Novembro de 1979

Comunicado do Partido

A TARDE 26 de Novembro de 1979 Nota do dia

Dois factos: a ausência de Mário Soares, ontem em Estremoz, nas comemorações do «25 de Novembro», e o seu jantar de sexta-feira com o Presidente da República.

É possível que não tenham qualquer relação directa, embora um vespertino afecto ao PC revelasse, no sábado, com base em fonte socialista, que o repasto de Belém funcionara «como uma espécie de compensação por o dirigente do PS se ter escusado a participar» nas referidas comemorações.

Mas, se não têm relação directa, a verdade é que os dois factos não podem ser desligados: por um lado, o secretário-geral do PS, alegando «motivos da campanha eleitoral» (como diz hoje o matutino oficioso do partido), declina o convite para estar presente nas comemorações da data-travão à escalada totalitária comunista; por outro, o Presidente da República considera correcto, a oito dias do termo da

campanha eleitoral, receber à sua mesa, e com ele debater «a presente situação política» (termos do vespertino citado), esse «leader» de uma das formações concorrentes ao acto de 2 de Dezembro.

Quem sabe qual «em política, o que parece é». Goste-se ou não do autor da frase, o certo é que a mesma parece não merecer contestação. E, assim, se a ausência de Mário Soares em Estremoz, sejam quais forem os motivos aduzidos para ela, não pode deixar de ser tomada à conta da esquerdização progressiva do PS a partir da sua forçada saída do Governo — esquerdização que o tem levado a alinhar sistematicamente com o PC em todas as tentativas para apagar os efeitos do «25 de Novembro» —, o jantar de Eanes a Soares tem, por seu lado, de assumir-se como uma interferência do Presidente da República na campanha eleitoral.

É certo que o dr. Mário Soares se apressou a denunciar o «aproveitamento reaccionário do 25 de Novembro». É certo que o discurso presidencial em Estremoz foi, todo ele, um hino de louvor à liberdade e à tolerância.

Só que as palavras são as palavras e, em política, o que sobretudo conta são os actos. As vezes um jantar significa bem mais do que um discurso.

EM DOIS TEMPOS MAIS LONGOS....

PARA QUE MORREU UM TENENTE-COMANDO ?

1 — Quatro anos são volvidos sobre a manhã fratricida de 26 de Novembro. As portas do palácio que deveria ser elo de união entre os portugueses, tombou um jovem tenente-comando que o Porto chorou. Então, parangoneou-se a sua morte, nos jornais nortenhos, que os de Lisboa estavam silenciados. E quando a refrega acalmou, foi impressionante o seu funeral. A estrada Lisboa-Porto bordejou-se de gente silenciosa para saudar a liberdade, na morte. Os portuenses desceram à rua, catados, mas rangendo os dentes à espera de que assassinos fossem descobertos. Sobre o carro-de-guerra funerário choveram as pétalas de flores lançadas pelo povo anónimo. Um partido houve que o elegou indevidamente militante. (Ainda estou à espera que me mostrem a sua ficha). O nome do jovem tenente-comando passou a figurar na toponímia de algumas localidades. E neste aspecto o Porto ficou atrás, ou melhor, nem ficou, que os projectos, nesse sentido, ainda não saíram do gabinete.

2 — Quatro anos volvidos sobre a sua morte, ninguém deu um passo para saber quem o matou. Quatro anos volvidos sobre essa manhã fratricida, o silêncio acobarda as investigações. Já não interessa saber, neste país, quem matou um tenente-comando ou quem assalta bancos em catadupa, quando há campanhas eleitorais? Uma questão de cor política, naturalmente. Numa ampla e eleitoralista tendência para perdoar, esquecem-se compromissos de honra. Mas será que os cidadãos estão condenados a ler, nas frases dos políticos, mentiras a médio e a longo prazo? Foi publicada a Lei da Amnistia. Por mais voitas que deem ao texto que o PS propôs e que o PCP e a UDP acolitaram na Assembleia da República, fica por explicar a morte de um jovem cidadão. Intencionalmente, deixou-se de falar dele. Baleado no coração quando socorria um companheiro, entregou-se à morte para defender um amigo. Será que agora já não é herói? Afinal, para que serviu a sua morte? Para evitar a ditadura? Hoje, lembram-no os familiares e os amigos mais próximos. No cemitério do Prado do Raposo, uma fria lápida funerária retrata a morte de um menino-tenente-comando. Pela nossa parte, enquanto houver, neste país, a liberdade por que julgou lutar, recordá-lo-emos, exigindo que se descubra quem foram os seus assassinos.

MARQUES DA CRUZ

Temos tido a preocupação de revelar o nosso comportamento mental, técnico, político e moral quando o momento no-lo exige. Assim aconteceu sempre nas datas de particular significado. E a ressonância dos nossos pontos de vista transformou o que começou por constituir dever, numa agradável — e esperamos útil — troca de impressões com o Leitor.

Neste 25 de Novembro aqui estamos: para dizer que do 25 de Abril não esquecemos a ilusão que nos foi transmitida, a traição que imediatamente a acompanhou, o terror que a seguir foi espalhado e, depois, a tragicomédia social, militar e política que pretendia consolidar a sua institucionalização.

E, por isso mesmo, não esquecemos que foi o Tenente-Coronel Eanes que então encabeçou a reserva psicológica da Nação e lhe conferiu os meios bastantes para que todos nos pudessemos opor ao "status" da perseguição e do caos que se tinha apoderado da máquina aumentada do Poder e se preparava para nela se instalar definitivamente. Também, com objectividade, reconhecemos que as Forças Armadas readquiriram prestígio, retomaram o caminho

hierarquia, foram reorganizadas para a defesa da Pátria e dos seus cidadãos, e ainda acreditamos que estão a ser orientadas para apoiar o Poder que legitimamente venha a ser constituído no Serviço de Portugal.

Por diversas vezes já aqui exprimimos os nossos pontos de vista sobre o general Eanes. Não voltaremos a fazê-lo senão quando algo de novo houver para acrescentar ao que já dissemos. E não deve ser confundida a posição do Jornal com a de quem nele escreve assinando pontos de vista que pretende ver transmitidos. Todos os portugueses dignos desse nome, para quem a ética e a verdade são pedras inamovíveis, têm nas nossas colunas a sua Tribuna.

Mas gostaríamos de alertar que somos um Povo com tendência para criar "bodes expiatórios" na justificação das nossas incapacidades.

Entendemos que neste momento — se nada de imprevisível surgir — a culpa do que de mal possa vir a acontecer a Portugal e a responsabilidade de um mau destino para os Portugueses serão, fundamentalmente, de todos nós. Saibamos utilizar no próximo domingo as armas que ainda estão nas nossas mãos.



Diário de Lisboa

Segunda-feira, 26 de Novembro de 1979

ABRIL, NOVEMBRO E A HISTÓRIA

Não terão sido só os trabalhos e os cansaços da campanha eleitoral que levaram Mário Soares a não aceitar o convite do Presidente da República para assistir à comemoração do «25 de Novembro», em Estremoz. A oito dias da realização do acto eleitoral, não terá sido a melhor oportunidade para «rememorar criticamente uma situação» e para produzir a imagem de uma continuidade de gestão dos negócios públicos, significada pela presença na tribuna dos sucessivos chefes dos Governos Constitucionais: Mário Soares, Nobre da Costa, Mota Pinto, Maria de Lurdes Pintasilgo. Nem Estremoz, a mais feliz escolha do local da comemoração. Nem a insistência comemorativa, um dado político positivo.

Escusando-se, Mário Soares alega em carta: «Algumas forças têm tentado fazer um aproveitamento reaccionário do 25 de Novembro, como se se tratasse de uma contra-revolução direita».

As datas históricas para terem significado deverão corresponder a «momentos» da vida nacional e não podem ser multiplicadas. Muito menos as comemorações assinalarem acontecimentos controversos, obscuros ou secundários. Numa entrevista concedida ao «Diário de Notícias», o capitão de Abril Vasco Lourenço afirmou: «Para mim, é indiscutível que o 25 de Abril será sempre o 25 de Abril. Considero-o o mesmo a única data histórica e, portanto, digna de ser comemorada como tal.» E acrescentou: «Se me perguntar se poderei divorciar o 25 de Novembro do 25 de Abril dir-lhe-ei que não. Mas dir-lhe-ei que não, tal como diria o mesmo em relação ao chamado «golpe Palma Carlos», ao 28 de Setembro, ao 11 de Março ou à Assembleia de Tancos. E que, enquanto o 25 de Abril é um acontecimento autónomo, que continha em si... um projecto político bem definido, qualquer das outras datas que referi, são acontecimentos secundários, resultantes da evolução do processo iniciado em 25 de Abril».

A circunstância de estarmos em pleno período de campanha eleitoral aconselhava o adiamento, ou talvez, mesmo o esquecimento, da comemoração de um «acontecimento secundário». E razões conjunturais, de que a «direita» se apressou a querer tirar vantagem, desaconselhavam o Alentejo para a realização da cerimónia. Deu-se pasto às especulações políticas. Mais uma vez se cultivou a ambiguidade. Da indefinição relativa a que temos assistido, resultam necessárias declarações como a do Conselheiro da Revolução Vasco Lourenço: «Estou convencido de que a evolução dos acontecimentos na sociedade portuguesa nunca virá a transformar o 25 de Novembro num acontecimento que marque o início de todo um outro 28 de Maio, ainda que mais sofisticado e camuflado».

Declaração esta, a cerrar uma entrevista cunhosíssima (e corajosa), que dá motivo às mais justificadas apreensões. A frase de Vasco Lourenço não é o remate de acaso de uma conversa enfadonha. Noutro passo das suas respostas ao redactor do «Diário de Notícias», o capitão de Abril, graduado

general e investido em funções de comando nas confusas horas de Novembro, na sequência de uma longa resposta, afirma conclusivamente: «Isto é, a direita reaccionária pretende fazer, em 25 de Novembro de 1975, o seu novo 28 de Maio».

Será caso para nos perguntarmos — portugueses, democratas — quem comemora quem? Quem comemora o quê?

A República não esqueceu o «14 de Maio», mas não o converteu em data a celebrar. Nem esqueceu a escalada de Monsanto, mas não confundiu o acontecimento épico, mas historicamente secundário, com o «momento histórico»: a Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910. Vasco Lourenço tem razão quando considera o 25 de Abril a «única data deste processo que, em mau entender, é verdadeiramente histórica».

Este homem não nega, nem renega, a sua acção no 25 de Novembro. Mas reconhece, com nobreza e forte ânimo, o equívoco do 25 de Novembro: «É um facto que muitas acções obscuras, de bastidores, e não só, se terão passado nessa altura. Como disse há cerca de um ano, cada vez sei mais sobre o que foi o 25 de Novembro na sua grande complexidade. Tenho visto trantas interpretações, tenho visto tantos a dizerem-se autores e vencedores do 25 de Novembro, tenho obtido tantos dados que então desconhecia, que cada vez mais o 25 de Novembro se torna para mim — que fui dos principais responsáveis nesses acontecimentos — um fenómeno muito importante e progressivamente mais clarificado (embora a opinião pública continue a ignorar muito do que então se passou). Daí definir o 25 de Novembro como uma grande encruzilhada das que se verificaram durante a Revolução do 25 de Abril».

Texto importante, este de Vasco Lourenço. Importante a secundarização do 25 de Novembro, claro. Mas mais importante o reconhecimento de que, numa encruzilhada do curso histórico, se optou por uma estrada em circunstâncias tais que se reconhece que a opinião pública continua a ignorar o que verdadeiramente se passou. Circunstâncias tão estranhas, tão obscuras, tão permeáveis, que «um dos principais responsáveis nesses acontecimentos», só pouco a pouco, dado a dado, os vai reconstituindo na sua trama complexa e trabalhosa-mente decifrando.

O esforço de recuperação que representa o discurso constitucionalista sobre os resultados de um golpe ou contra-golpe tem o sabor de um exercício repetido sobre temas conhecidos, compartilhemos embora das conclusões do general Ramalho Eanes: «O caminho já andado no sentido político escolhido pelo nosso povo permite-nos manter um optimismo consciente sobre o futuro da democracia portuguesa».

A atitude disciplinada e legalista das Forças Armadas é um factor que contribui para esse «optimismo consciente sobre o futuro da democracia portuguesa», mas com uma condição: a democratização das Forças Armadas. A saber: a) democratização da hierarquia; b) democratização estatutária e disciplinar; c) educação democrática das Forças Armadas.

Os deveres assumidos pelas Forças Armadas como instituição estão definidos pela Constituição. A todos sobrelevo o de defenderem a Revolução de Abril. Porque Abril é uma data histórica de significado claro. Porque o 25 de Abril é a Liberdade. Porque o 25 de Abril é a Democracia. Porque o 25 de Abril é a fraternidade reconstruída de democratas civis e de militares democratas.

É um risco fazer da impaciência critério de valor político

É um risco fazer da impaciência critério de valor político, disse Ramalho Eanes ao discursar, em Estremoz, nas cerimónias militares do 25 de Novembro. «Importa não esquecer, sobretudo, quando se corre o risco de fazer da impaciência um critério de valor político, o estado em que a economia, a sociedade e as Forças Armadas se encontravam em 25 de Novembro de 1975», afirmou. «Importa não esquecer, sobretudo, quando se dramatiza a deterioração da economia, que os Portugueses souberam reagir, com disciplina e sacrifício, a uma situação muito difícil e que, hoje, se apresenta já, no plano financeiro e das relações económicas de Portugal com o exterior, em condições que nos permitem relançar uma política económica de maior expansão», declarou o Presidente da República, numa alocução que foi do seguinte teor:

A comemoração do 25 de Novembro não é uma rotina a que se possa atribuir sentido político secundário.

Comemorar o 25 de Novembro é simultaneamente recordar criticamente uma situação, prestar uma homenagem, aferir uma promessa, reformular uma esperança, reafirmar um significado ético-institucional militar.

Recordar uma situação

Em Novembro de 75 a anarquia confiscara e traira a generosa revolução de Abril. Abriam caminho a um novo despotismo. Prometia e ameaçava uma nova cidade, sem cidadãos reais, mas com verdadeiros súbditos. O sol da esperança comungada desaparecia do horizonte do povo. «A grande cidadela do terror invisível, mas presente um pouco por toda a parte, no País, através de uma espantosa rede de denunciante e de agentes, de organizações e infiltrações, destruída em Abril», reconstruía-se e, inquisitoriamente, demolia a liberdade e ameaçava a democracia.

Homenagem

Homenagem a todos — homens e instituições —, que entenderam correctamente as ameaças e determinadamente se empenharam em combatê-las.

Homenagem ao povo deste Portugal tão velho e tão livre que, uma vez mais, e tal como fizera em 1385, 1640, 1820, 1910 e 1974, soube bater-se pela liberdade que só a ele cabe gerir.

Promessa

Promessa pré-definida e avaliada por um comportamento militar que, como em Abril, disse não à violência desnecessária, recusou justiça de excepção, negou o cerceamento de liberdades, rejeitou e impediu a supressão de quaisquer direitos cívicos ou humanos.

Promessa definida na maneira como se quis e soube vencer as ameaças à liberdade real e à democracia em permanente devir.

Promessa que as Forças Armadas cuidaram em formular, para a Nação, o futuro da Nação, olhando correctamente e confiadamente a instituição militar, lhe exigisse que a cumprisse.

Promessa que, por isso mesmo, então se consagrou na carta ético-institucional.

Promessa desde aí assumida na certeza de que qualquer ameaça à liberdade, venha de onde vier, não deixará de encontrar pela frente a mesma vontade e a mesma determinação.

Esperança

Esperança de que os portugueses de hoje motivem o seu trabalho na perspectiva de um futuro que não desmereça o carácter de «excepção» que a grei portuguesa imprimiu ao nosso passado colectivo.

Excepção «na aventura fabulosa dos descobrimentos, quaisquer que tenham sido — e muitas foram — as motivações dessa loucura colectiva».

Excepção «na criação, por um país tão pequeno, de um mundo tão vasto e tão unido como o Brasil».

Excepção na «literatura, a mais significativa, além da grega, de um povo tão reduzido».

Excepção na natureza de um império, historicamente o primeiro e último império colonial do mundo moderno».

Esperança, portanto, no Portugal novo mas profundamente reencontrado no passado multissecular que somos. O Portugal que «fariam os melhores dos nossos maiores se vivos fossem». O Portugal de autêntico desenvolvimento «do homem todo e de todos os homens», através das grandes modernizações necessárias e sustentadas pela força interior do seu povo. O Portugal da democracia, da liberdade, da tolerância, do rigor intransigente dos princípios, da prática da coexistência democrática de todos os que merecem o voto popular e nele reconhecem uma exigência moral indeclinável.

Um Portugal, enfim, em que ninguém pretenda comandar a vingança nem se permita o que justamente se condenou nos outros: a prática totalitária da intolerância, a recusa da autêntica liberdade política, a desvalorização da prova suprema que o sufrágio universal politicamente substancia: o egoísmo que ignora o homem e trata os homens cada vez mais sós.

Significado ético-institucional militar

O 25 de Novembro, como o 25 de Abril, é também uma data que honra a instituição militar a que pertencemos.

Então nos comprometemos, perante o povo português que nos apoiou, que nunca os militares se aproveitariam da sua arma para impor à nação qualquer solução política.

Pelo contrário, assumimos institucionalmente o dever ético de impedir que as Forças Armadas sejam manipuladas por interesses partidários, garantindo que a instituição militar observará sempre os objectivos do povo português consignados na Constituição e nas opções legitimadas pelo sufrágio.

Esse compromisso, inscrito numa carta ético-institucional, significa que as armas que temos, os conhecimentos que integram a nossa formação, o comando que exercemos, a disciplina que aceitamos e a coesão das Forças Armadas estão exclusivamente ao serviço da liberdade e da democracia, ao serviço da garantia de que será sempre o povo português quem exercerá o seu

direito inteiro de escolher a via política do seu próprio destino colectivo, pelo sufrágio universal, livre e secreto.

Quatro anos passados, temos razões bastantes para afirmar, com orgulho consciente, a firmeza e coerência das nossas posições.

É esta é uma afirmação de alcance nacional, porque as Forças Armadas, num regime democrático, orientam-se por princípios que não mudam com as conjunturas e sobre cuja validade não se podem alinhar dúvidas nem admitir transigências.

Por isso é possível e útil repetir, sem modificações de intenção ou de estílo, declarações formuladas ao longo destes anos.

Em 75, tornei bem clara a minha confiança na nossa capacidade de «reconstruir um exército pronto a conformar ao País e ao poder político a autoridade necessária para promover a reconciliação nacional» no quadro da democracia política.

Um ano depois, realizado o essencial de uma tarefa em que poucos pareciam acreditar, garanti que as Forças Armadas «manterão e defenderão o que de mais nobre pode haver na instituição militar: defender Portugal e os portugueses, no respeito integral das normas democráticas».

Em 1977, sublinhei o que a todos se devia impor como evidência: as Forças Armadas portuguesas servem exclusivamente «o povo português respeitando e fazendo respeitar a legitimidade e a legalidade do regime democrático».

No ano passado, pude afirmar que as Forças Armadas tinham atingido a normalidade da sua inserção do sistema democrático e que estavam reunidas as condições para que, no momento constitucionalmente previsto, termine a fase de transição do nosso regime político. Disse então que a atitude constante das Forças Armadas, desde 25 de Novembro de 1975, demonstra a sua aceitação e subordinação ao princípio de que «só a legitimidade democrática aligeira e justifica o princípio da autoridade».

Afirmei, ainda, que a «democraticidade das Forças



Armadas avalia-se pela sua inserção plena no nosso sistema democrático, pela sua capacidade de o defender e de cumprir adequadamente as suas missões, como garantes da soberania e da independência nacional. Nada nos afastará do respeito pela expressão democrática do povo português.

É evidente que as Forças Armadas não pretendem refugiar-se na segurança cómoda que a afirmação destes grandes princípios proporciona. Pretendem cumprir integralmente a sua missão específica ao serviço do povo, garantindo, por um lado, a hierarquia, a coesão e a disciplina e, por outro lado, a prontidão, a eficácia e a racionalização dos meios.

Mas pretendem também assumir a responsabilidade nacional e histórica de assegurar claramente a sua plena confiança em que os grandes vectores da segurança nacional por que optou o povo português — justiça, segurança da população e bem estar justamente repartido —, serão traduzidos em realizações no dia-a-dia, em obediência às preocupações prioritárias dos dirigentes políticos que o voto democraticamente legítima.

É certo que as metas prioritárias têm de ser perseguidas com realismo, para que o progresso não se resuma a miragem fugaz e a euforia de uns dias não seja anúncio de limitações mais severas.

Não será possível, no entanto, que, em nome de qualquer pragmatismo egoísta ou cálculo alienado de conquista do poder, se afastem essas metas para datas tão longínquas que recusem lugar à esperança e cindam a colectividade entre cidadãos do consumo e súditos da miséria. Mal andariam os que assim procedessem: estariam a insuflar o monstro do totalitarismo; estariam a fazer com que o movimento dialéctico do senhor e do escravo voltasse a ser o pai de todos e de todas as coisas rei; estariam a destruir o Estado pluralista, o Estado do Homem e dos homens, que tem «a verdade como fundamento, a justiça como regra, o amor como motor e a liberdade como clima».

As prioridades serão assim imperativas para todos os que estão de boa fé e sabem resistir à manipulação ideológica ou à calúnia, para todos os que entendem convictamente que «a bélica linguagem das doutrinações gerais (a fase teórica, polémica, subversiva, crítica) é própria de uma era preparatória que já está passada». O projecto de sociedade livre delineado pelos portugueses e progressivamente concretizado pelos seus representantes legítimos tem a consciência das opções duradouras, que não serão alteradas pelos acidentes das conjunturas. Dele são marcos sólidos a firme decisão de integração na CEE, o respeito permanente pela relação fraterna que nos une aos povos de outros continentes que se exprimem na língua portuguesa, o compromisso indiscutível que nos liga à NATO, a aceitação plena dos princípios e da letra dos acordos de Helsínquia e o valor que atribuímos ao papel que a ONU desempenha na defesa da paz e na procura de soluções negociadas para todos os conflitos ou situações de tensão.

O caminho já andado no sentido político escolhido pelo nosso povo permite-nos manter um optimismo consciente sobre o futuro da democracia portuguesa.

Importa não esquecer, sobretudo nos momentos de maiores dificuldades, que partámos, no 25 de Abril, de uma situação de crise económica, política, militar e internacional, de que muitos se procuraram servir para satisfazer interesses pessoais ou de grupo, ou estratégias estranhas a realidade nacional.

Importa não esquecer, sobretudo quando se corre o risco de fazer da impaciência um critério de valor político, o estado em que a economia, a sociedade e as Forças Armadas, se encontravam em 25 de Novembro de 1975.

Importa não esquecer, sobretudo quando se dramatiza a deterioração da nossa economia, que os Portugueses souberam reagir, com disciplina e sacrifício, a uma situação muito difícil e que hoje se apresenta já, no plano financeiro e das relações económicas de Portugal com o exterior, em condições que nos permitam relançar uma política económica de maior expansão.

Muitas outras razões de confiança na serenidade, na consciência política e na capacidade de esforço dos Portugueses poderiam ser aqui referidas se ainda houvesse dúvidas quanto à vitalidade da nação politicamente organizada em democracia.

Mas estes motivos bastam para que continuemos a olhar com esperança para o nosso futuro como nação livre e soberana.

E bastam, também, para se concluir que falta o mais fácil, que falta o que mais naturalmente a democracia oferece: a convicção de que são sempre necessários e sempre possíveis o diálogo e a negociação, de modo a que o exercício do poder político democrático possa traduzir-se numa orientação eficaz da acção de todos.

Como sempre desde 25 de Novembro e por maioria de razão desde a institucionalização democrática, garantimos à Pátria, que também somos, que saberemos servi-la, defendendo a sua identidade nacional, enraizada no seu passado e projectada com dignidade no seu porvir, e que nada nos afastará do respeito pela expressão democrática legítima da vontade soberana do povo a que pertencemos.

Fundação Cuidar o Futuro



DIÁRIO DE LISBOA
24 NOV. 79

CR é órgão de soberania com o acordo do PPD e do CDS

A presença do Conselho da Revolução no elenco dos órgãos de soberania consagrado na Constituição foi o resultado de um acordo assinado entre o MFA e os partidos políticos e subscrito entre outros, por dois partidos da AD, que se propõem acabar com o CR.

De facto, foi por decisão comum das principais forças políticas e do MFA, na altura repre-

sentado entre outros pelo general Ramalho Eanes que era chefe do Estado-Maior do Exército, que o Conselho da Revolução e os seus poderes tiveram consagração constitucional. Assinaram o que ficou conhecido como II Pacto, pelo MFA, o Presidente da República de então, general Costa Gomes, e os dirigentes do CDS, RPD, MDP, PCP e PS.

De acordo com as disposições

do Pacto, que esta manhã voltou a ser distribuído à imprensa por iniciativa do Gabinete de Imprensa do CR, ele vigora durante o período de transição, que não pode ser inferior a quatro anos (portanto pelo menos, até ao fim de Fevereiro de 1980) e só terminará quando entrar em vigor a Lei que contenha a revisão constitucional a que vai proceder a Assembleia Parlamentar eleita no final de 1980.

«DIÁRIO DE NOTÍCIAS» — Que representa para si, em termos históricos, o 25 de Novembro? A reposição dos ideais de Abril? A consagração de um Estado de Direito? O início da ordem constitucional?

SOUTO CRUZ — Considero o 25 de Novembro como a data histórica em que foi possível por termo aos excessos revolucionários que caracterizaram inevitavelmente o raiar a um regime voluntário de extrema-esquerda, que a maioria da população mostrou claramente repulhar. Estão ainda bem vivos, na memória de todos, os acontecimentos que antecederam essa data, para que esta afirmação careça de ser justificada.

Para mim, o 25 de Novembro representa, pois, a reposição das expectativas crucias em 25 de Abril e acolhidas com inequívoco entusiasmo pela imensa maioria dos portugueses. Expectativas de liberdade e tolerância, de maior justiça e bem-estar social, de abertura ao mundo e ao progresso.

A consagração de um Estado de Direito e moderno tornou-se então possível e criou-se o ambiente indispensável à realização de eleições livres que permitiram dotar o País dos órgãos indispensáveis ao funcionamento institucionalizado de uma democracia.

«DN» — Como analisa o comportamento das Forças Armadas, antes, durante e depois do 25 de Novembro?

S. C. — O período que decorre de 25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975 caracterizou-se, dentro das Forças Armadas, por uma tentativa muito clara, por parte duma minoria activa de militares da extrema-esquerda, de ganhar o controlo do aparelho militar. Para isso, foram usados todos os métodos, mais ou menos clássicos, que encontramos ao longo da história recente em revoluções que pretenderam instalar no poder regimes de tipo marxista-leninista.

Essa tentativa, que a princípio se caracterizou por uma acção relativamente prudente, ganhou ímpeto, após o 11 de Março, durante o período que, hoje, geralmente designamos por Verão quente de 1975.

A esmagadora maioria dos militares, que nunca teve filiação política activa, começou naturalmente a reagir contra a instrumentalização de que estava a ser alvo.

Por isso, quando em 25 de Novembro essa extrema-esquerda militar desferiu o seu golpe, encontrou pela frente uma firme e decidida oposição que lhes fez gorar os projectos.

Daí resultou também a relativa facilidade de conseguir repor, após o 25 de Novembro, a ordem e a disciplina nas Forças Armadas e de voltar ao profissionalismo que as deve caracterizar.

Sem isso, a institucionalização de um regime democrático não teria sido possível.

Sem isso, não teria igualmente sido viável, iniciar a recuperação económica do País, nem dar os primeiros passos para a nossa integração na Europa, a que venerificamos e culturalmente pertencemos.

Desconheço o que seja o fenómeno canista

«DN» — Considerando o 25 de Novembro como a componente essencial do fenómeno canista, julga que a actuação do Presidente da República tem sido sempre marcada pelo facto de ter sido o chefe das forças que dominaram a insurreição?

SC — Desconheço o que seja o fenómeno canista.

Conheço, sim, um Presidente da República, general Ramalho Eanes, eleito democraticamente pelos portugueses. Conheço a sua actuação e não julgo legítimo caracterizá-la de caudilhista.

Se a discordância em relação a determinadas actuações é um direito de qualquer cidadão de um país livre e democrático, não fica, por outro lado, mal reconhecer que o Presidente tem mostrado um nítido empenho em alcançar as condições para garantir o funcionamento normal das instituições de que o País se dotou.

«DN» — Quem foram, para si, os grandes vencedores e vencidos do 25 de Novembro? Há quem diga que houve uma espectacular reconciliação nas relações vencedor-vencido. Está de acordo com esta afirmação?

SC — Não gostaria de pôr o problema sob a forma simplista de vencedores e vencidos.

Creio que em 25 de Novembro venceu a democracia e o progresso. Venceu a dignidade e o equilíbrio. Venceu Portugal e o bem senso tradicional do nosso povo, tão sobejamente demonstrado ao longo de oito séculos de história.

Se exceptuarmos uns grupos minoritários que têm dado provas de um intransigente fanatismo, julgo que se deram passos positivos para que o confronto de ideias e pontos de vista diferentes se possa processar, como em todas as democracias, com mais larga experiência, num clima de calma e tranquilidade. Esse era, e é, de resto, o objectivo que teremos de ter em mente se quisermos, de facto, construir um país onde caibam todos os verdadeiros portugueses.

Não há condições para «golpismos»

«DN» — Os sectores mais à direita da sociedade portuguesa falaram muito na «alegria inacabada» do 25 de Novembro, preconizando mesmo a realização de outro 25 de Novembro. Acha que é necessário?

SC — Não. Entendo que não há mais lugar para confrontos armados. As diferenças de opinião, a confrontação de projectos partidários diferentes, têm de seguir as regras democráticas que livremente aceitamos. E teremos também de, espontânea e naturalmente, saber acatar os resultados das eleições, que traduzirão a vontade da maioria.

«DN» — O 25 de Novembro marcou o início da legalidade democrática, pondo termo ao clima de «golpismo» em que o País vivia. Julga que a hipótese de outro qualquer «golpe» ou «contragolpe» na revolução portuguesa será previsível a curto ou médio prazo?

SC — Creio que já respondi a esse ponto ao negar justificação para novos golpes militares.

Não creio que existam hoje condições para «golpismos» de qualquer espécie.

E como estou confiante na crescente afirmação dos valores democráticos, essas condições serão cada vez menores.

«DN» — Quatro anos volvidos sobre o 25 de Novembro, como analisa, em linhas gerais, a situação político-militar no País?

SC — Falar de situação político-militar é incorrer, involuntariamente, no risco de permitir imaginar que, sobre o evoluir de uma situação política, possa decorrer uma movimentação militar com ela relacionada.

Entendo não ser esse, actualmente, o caso português.

O País vive uma situação política, caracterizada por um conjunto de actos eleitorais que vão decorrer num curto período de tempo. Subjacente a esta situação política existe uma crise económica, com largas e inevitáveis repercussões sociais a que urge dar combate rápido e eficaz, para assegurar o bem-estar de todos os portugueses e a preservação da democracia.

Naturalmente que os militares, enquanto cidadãos que também são, sentem e vivem todos estes problemas.

Todavia, apesar de nítidas tentativas, algumas propositadas, outras possivelmente resultantes de um desconhecimento da vida militar, feitas recentemente em relação às Forças Armadas, estas têm sabido reagir com serenidade, acatando as decisões políticas sem abdicar todavia do dever de afirmar as noções de ética que nenhuma instituição militar poderá dispensar.

Por isso, para além do vozear inconsequente de alguns, raros, órgãos da comunicação social, tudo se tem passado com calma e dignidade dentro dos três ramos, numa prova de que as Forças Armadas caminham para a necessária maturidade e estão aptas a desempenhar o papel que lhes compete numa sociedade democrática.

Não há mais lugar para confrontos armados

Souto Cruz:



«DIÁRIO DE NOTÍCIAS» — Como destacada figura do 25 de Novembro, que representa para si essa data histórica?

VASCO LOURENÇO — Apenas mais um marco da luta tremenda que se desenvolveu em Portugal, após o 25 de Abril, pela construção de uma sociedade onde não mais o povo português estivesse acorrentado à vontade de alguns «senhores».

Após o 25 de Abril — única data deste processo que, em meu entender, é verdadeiramente histórica —, quebradas que foram as algemas, o nosso povo descobriu que tinha forças para impor a sua própria vontade e não se deixar subjugar por alguns falsos possuidores da verdade absoluta. É ele próprio que faz uma autêntica revolução, uma revolução cujas consequências mundiais são de importância tal que modificaram a própria fisionomia das relações internacionais e colocaram questões essenciais no que respeita ao papel das Forças Armadas na sociedade. Por isso que podemos considerar a revolução portuguesa como dos fenómenos sociais mais importantes do último quarto de século.

Ao longo dessa revolução, várias situações foram criadas, a que corresponderam ou outras tantas encruzilhadas, cheias de maiores ou menores dificuldades.

Pessoalmente, vejo o 25 de Novembro como uma dessas encruzilhadas, onde várias forças se digladiaram, cada uma tentando impor a sua própria solução.

Sempre considere o 25 de Novembro como uma data onde a força político-militar que designarei como «grupo dos nove» teve necessidade de se opor — acabando por o fazer com êxito — a acções várias de natureza pseudo-revolucionária que, em meu entender, a terem êxito, colocariam em perigo iminente todo o resultado dos passos positivos que se tinham dado depois do 25 de Abril. Por isso lhe chamo pseudo-revolucionária, apenas porque considero que, não tendo quaisquer hipóteses de sobreviver, iria constituir apenas o caminho mais curto para que os «senhores» todopoderosos em 24 de Abril pudessem recuperar a maior parte dos seus privilégios perdidos.

Sempre considere também ter havido nessa encruzilhada uma outra força em acção que procurou aproveitar-se da luta desencadeada e provocar um contragolpe no sentido de tornar possível o que acabei de referir no parágrafo anterior. Isto é, a direita reaccionária pretendeu fazer, em 25 de Novembro de 1975, o seu novo 25 de Maio.

Também esses foram vencidos então pelo chamado «grupo dos nove».

É um facto que muitas acções obscuras, de bastidores, e não só, se terão passado nessa altura. Como disse há cerca de um ano, cada vez sei mais sobre o que foi o 25 de Novembro na sua grande complexidade. Tenho visto tantas interpretações, tenho visto tantos a dizerem-se autores e vencedores do 25 de Novembro, tenho obtido tantos dados que então desconhecia, que cada vez mais o 25 de Novembro se torna para mim — que fui um dos principais responsáveis nesses acontecimentos — um fenómeno muito importante e progressivamente mais clarificado (embora a opinião pública continue a ignorar muito do que então se passou). Daí o definir o 25 de Novembro como uma grande encruzilhada das que se verificaram durante a revolução do 25 de Abril.

No que diz respeito ao que poderei considerar como «o meu 25 de Novembro», acrescentarei que o considero positivo, pois se conseguiu ultrapassar uma situação que se aproximava, a passos largos, de um verdadeiro caos — com uma quase ausência de poder, quer a nível de Governo, quer a nível militar.

Os erros cometidos depois dessa data, bem como as responsabilidades da actual si-

tuação, penso que não devem ser associados ao 25 de Novembro, em si, mas sim à actualização das diferentes forças políticas e entidades que desde aí se lutaram, e que não souberam pôr em prática uma política verdadeiramente de acordo com o espírito libertador e progressista do 25 de Abril.

As tentativas para anular conquistas de Abril

«DN» — Alguns sectores da sociedade portuguesa, identificados com a extrema-direita e a direita radical, falam muito da «alegria inacabada» do 25 de Novembro, sugerindo mesmo a realização de outro 25 de Novembro. O que se lhe oferece dizer sobre isto? Acha que é necessário outro 25 de Novembro?

V. L. — É natural que esses senhores da direita não democrática assim falem. E repare que eu friso bem direita não democrática, pois não concebo que qualquer força democrática lamente que o 25 de Novembro «não tenha sido levado até ao fim». Se existem homens de direita que o afirmam é porque, no fundo, o

que desejam pôr em causa é a própria democracia.

Já por várias vezes me referi às tentativas levadas a efeito, logo quando dos acontecimentos de 25 de Novembro, para impor um golpe nitidamente não democrático de direita. Considero, portanto, desnecessário voltar a referir o que então se passou nesse contexto. Mas, como estes fenómenos são sempre um tanto complexos e os métodos utilizados pelas forças políticas nem sempre são coerentes, a direita tem-se considerado frustrada, resultando daí o seu desencanto. Daí também a força tremenda que tem vindo a fazer para anular as «conquistas de Abril» e recuperar posições perdidas em 25 de Abril. E, infelizmente, alguns sucessos têm obtido, chegando mesmo a ter sido Governo durante alguns meses com os resultados desastrosos que se conhecem...

Sugerem a realização de um outro 25 de Novembro? É um facto. Pergunta-me se também eu considero necessário outro 25 de Novembro.

Diz-lhe-ei que, de acordo com a maneira como sempre encarei o 25 de Novembro e nele actual, um outro 25 de Novembro — tal como um outro 11 de Março — tornar-se-á inevitável sempre que algumas forças pretendam impor a sua vontade de forma antidemocrática.

Considerando eu que a nossa atitude foi apenas, em qualquer dos casos referidos, uma atitude de resposta a iniciativas ilegítimas de outros, diz-lhe-ei que, no que me diz respeito, continuo confiante em que saberemos responder a novas tentativas semelhantes, que não desejamos mas não tememos.

Quanto ao desejo das forças da direita reaccionária em verem o «seu 25 de Novembro» realizado, direi que considero isso, além de muito improvável, absolutamente impossível. É que mesmo que conseguissem uma vitória pontual, através de um qualquer golpe militar — hipótese que, pelo que conheço dos militares portugueses, considero cada vez mais difícil de concretizar — ela seria sempre passageira, pois o povo português e a situação internacional assim o determinariam.

Quando vejo essas intenções mais ou menos camufladas em muitas afirmações, pasmo com a imaginação de certas pessoas e forças políticas! Será que nem exemplos de acontecimentos como os que recentemente se verificaram na Bolívia lhes servem de lição? Será que ainda admitem ser possível hoje, na Europa, subjugar através das armas e da repressão todo um povo que conhece já o valor da liberdade? Se na América Latina tal não foi possível, como ousam admiti-lo em Portugal?

Penso ter sido claro na resposta negativa à pergunta que me fez sobre a minha opinião quanto à necessidade de um outro 25 de Novembro.

Vasco Lourenço:

O 25 de Abril é a única data histórica



«DN» — Como sabe, a direita portuguesa nunca perdoará ao tenente-coronel Melo Antunes as palavras extremamente favoráveis para o PCP que ele proferiu após os acontecimentos, considerando aquele partido fundamental para a democracia portuguesa. Concorda com a atitude então tomada pelo tenente-coronel Melo Antunes?

VL — Começarei por dizer-lhe não considerar as palavras preferidas como «extremamente favoráveis». Recordo que essas palavras foram proferidas num contexto de crítica à acção global do PCP nos meses anteriores às mesmas. Ou será que considerar o PCP necessário, mesmo fundamental para a democracia portuguesa, constitui uma atitude não democrática? Onde desejaríamos, as forças que pretendem o contrário, colocar os militantes, os simpatizantes ou os votantes do PCP? Espero que não defendam a criação de um qualquer «arquipélago de Goulaga» para cerca de um milhão de portugueses (pois não iriam, certamente, deixar de fora os adeptos dos partidos de extrema-esquerda).

Se concordo com a atitude de tenente-coronel Melo Antunes? Sempre concordei e continuo a concordar. Recordo, aliás, que, logo em 26 de Novembro, eu próprio declarei através da RTP que «a minha maior preocupação, naquele momento, era segurar a direita». E quer-me parecer que os acontecimentos que se seguiram me têm dado razão!...

«DN» — Está de acordo com a afirmação segundo a qual o 25 de Novembro é a componente essencial do fenómeno eanista?

VL — Em certa medida considero correcto fazer tal afirmação.

Sendo o fenómeno eanista posterior ao 25 de Novembro, é nestes acontecimentos que ele se vai basear e encontrar o seu principal fundamento.

Devo considerar, aliás, que os que lançaram o que chama de «fenómeno eanista» souberam aproveitar bem os acontecimentos do 25 de Novembro e a acção desenvolvida neles por Ramalho Eanes — que, sendo fundamental, não foi, no entanto, a principal — para o seu lançamento e a sua projecção.

Continuo, todavia, a considerar não ter havido qualquer premeditação nestes acontecimentos e que terá sido a sua posterior evolução que provocou os resultados de todos conhecidos.

A minha actuação

«DN» — Nas operações do 25 de Novembro navegavam no mesmo barco oficiais tão distintos do ponto de vista ideológico como Ramalho Eanes, Pires Veloso, Costa Gomes, Franco Charais, Aventino Teixeira, Pinheiro de Azevedo, Melo Antunes e Vasco Lourenço. Como explica que isso tenha acontecido?

VL — Para responder a esta questão, tornar-se-ia necessário fazer toda uma retrospectiva analítica do período decorrido entre 25 de Abril e 25 de Novembro. Tais acontecimentos são do conhecimento geral, daí me parecer desnecessário referi-los. Recordarei que, quando dos acontecimentos do 25 de Novembro havia dois grandes grupos político-militares que se digladiavam: de um lado quem pretendia um processo dito revolucionário, com a destruição imediata de tudo o que era considerado burguês; do outro quem defendia a construção de uma sociedade democrática, mais livre, mais igualitária, mais justa e mais fraterna, como resultado lógico do projecto de Abril. Estas eram as forças que sobressaíam! A direita não podia aparecer pois não tinha condições para isso. Inevitavelmente, soube camuflar-se devidamente atrás dos elementos que defendiam, de forma coerente, o projecto de Abril. Nós sabíamos-lo e tentamos tomar as devidas precauções. Não teremos obtido os êxitos que se impunham? É possível, mas penso que, à parte algumas surpresas que considero autênticas «traições», a razão desse insucesso se deve ir procurar bastante mais na evolução global da política portuguesa que na actuação concreta dos militares em causa.

Uma resposta mais precisa à questão que me coloca, poderia no entanto, resumir-se a uma outra questão: Como explicar que, durante o Verão de 75 e em 25 de Novembro, o PS tivesse sido apoiado e liderasse mesmo toda uma série de forças político-partidárias que hoje o atacam encarnadamente?

«DN» — Passados que são quatro anos sobre o 25 de Novembro de 1975, faria hoje exactamente o mesmo que fez naquela data?

VL — Seria estupidez e propiamente responder de forma afirmativa a tal questão. É natural que a evolução dos acontecimentos e o conhecimento de alguns dados que entretanto obtive me levem, passados que são quatro anos, a considerar que alguns erros foram cometidos e provocassem um adequado procedimento se hoje fosse colocado perante uma

Vasco Lourenço

situação semelhante. Tal não significa no entanto que, em termos globais, não tivesse procedido de forma idêntica à que desenvolvi em 1975.

Tive enormes responsabilidades na contenção dos acontecimentos verificados em 25 de Novembro, fui eu o comandante das forças que fizeram a contenção desses mesmos acontecimentos (por delegação do Presidente da República e CEMGFA), e hoje reafirmo-lhe que não estou arrependido das atitudes então tomadas, não renego essas responsabilidades e, independentemente da evolução dos acontecimentos posteriores a essa data, continuo a ver o 25 de Novembro como a data em que o verdadeiro 25 de Abril foi reposto em Portugal. Lamento profundamente esses acontecimentos e as suas consequências, que originaram mesmo uma evolução com aspectos negativos, mas também agora considero que a resultante continua a ser positiva e que Abril é, cada vez mais, irreversível.

«DN» — Julga que o 25 de Novembro poderia ter corrido o risco de se transformar noutro 28 de Maio? Em sua opinião, quais os motivos por que tal não aconteceu?

VL — Já tive ocasião de, por várias vezes, afirmar a existência de tentativas nesse sentido. Considero mesmo que se os acontecimentos de 25 de Novembro se têm verificado dois meses mais tarde, seria bastante mais difícil impedir um sucesso, ainda que momentâneo, das forças interessadas num novo 28 de Maio. É que os erros e os exageros que se vinham cometendo eram tantos e tão graves que a reacção provocada aos mesmos poderia ser habilmente aproveitada para tornar isso possível.

Tal não aconteceu, no entanto, em 25 de Novembro, porque as forças democráticas, as forças de Abril, quer em termos populares, quer na sua correspondente militar, eram nitidamente superiores às forças antidemocráticas.

Quanto à possibilidade que tal situação, caso vingasse, teria de se transformar em definitiva, remeto a resposta para o que sobre o assunto afirmo nas respostas anteriores.

O 25 de Abril é a única data histórica

«DN» — Como «capitão de Abril», participante activo no evoluir da revolução portuguesa, acha que se poderá dissociar o 25 de Abril do 25 de Novembro? Sendo duas datas distintas, ambas sem um projecto político bem definido, estarão sempre ligadas uma à outra quando se fala da revolução portuguesa?

VL — Para mim, é indiscutível que o 25 de Abril será sempre o 25 de Abril. Considero-o mesmo a única data histórica e, portanto, digna de ser comemorada como tal. Daí que o 25 de Abril me apareça naturalmente dissociado do 25 de Novembro. Se me perguntar se poderei dissociar o 25 de Novembro do 25 de Abril, dir-lhe-ei que não. Mas dir-lhe-ei que não, tal como diria o mesmo em relação ao chamado «golpe Palma Carlos», ao 28 de Setembro, ao 11 de Março ou à Assembleia de Tancos. E' que, enquanto o 25 de Abril é um acontecimento autónomo, que continha em si, ao contrário do que afirma na pergunta, um projecto político bem definido, qualquer das outras datas que referi são acontecimentos secundários, resultantes da evolução do processo iniciado em 25 de Abril.

Ficarão ligadas as datas, umas às outras? Espero que sim e de forma positiva. Estou convencido de que a evolução dos acontecimentos na sociedade portuguesa nunca virá a transformar o 25 de Novembro num acontecimento que marque o início de todo um outro 28 de Maio, ainda que mais sofisticado e camuflado.

O futuro da democracia

«DN» — Passados que são quatro anos sobre o 25 de Novembro, como encara a situação político-militar, nomeadamente no que se refere ao futuro da consolidação da democracia portuguesa?

VL — A democracia portuguesa consolidar-se-á com a participação activa dos portugueses na vida política do seu país; com a resolução dos problemas económico-sociais da generalidade da população e com a criação de uma nova consciência, onde cada um respeite as posições alheias, mas tenha presente os seus próprios direitos.

Esses factores darão certamente origem a uma sociedade mais livre, justa, igualitária e fraterna em Portugal. Pessoalmente, estou convencido de que a grande maioria do povo português quer Abril e irá dizê-lo muito claramente, mais uma vez, nas próximas eleições de 2 de Dezembro. Estou certo que o povo português saberá votar em Abril, saberá votar no futuro e saberá renegar um passado de 48 anos, que muitas marcas amargas lhe deixou.

Quanto aos militares, poderei dizer-lhe que o espírito de Abril se vem consolidando no seu seio. Daí estar certo e confiado em que não serão eles a desvirtuar o querer do seu povo. Daí o meu optimismo quanto a uma sociedade portuguesa cada vez mais «Abril».



Otelo segue os passos de Pelé

Que semelhança pode haver entre Otelo e Pelé?

Pelé foi um génio do futebol. Como atleta, encarnou as aspirações de multidões admiradoras do desporto. Preto, demonstrava aos racistas que a cor da pele não faz nem limita o homem. Defendeu a selecção brasileira como patriota. Porém, fora do campo, o cidadão Edson Arantes do Nascimento é um desastre, faz um enorme esforço para destruir Pelé.

Racista, registou o filho como "branco"; nunca se interessou pelo destino dos futebolistas "menores", que aos milhares são atirados na miséria após compor os elencos necessários às grandes estrelas e clubes exploradores; transformou-se em propagandista de multinacionais que espoliam o Brasil; na política, disse que o povo que o aplaudia "não tem capacidade de votar" (após um encontro com o então ditador brasileiro, general Ernesto Geisel).

Se Otelo fosse um génio militar, seria certamente o Pelé do 25 de Abril, hoje perseguido a passo pelo sr. Saraiva de Carvalho.

É evidente que o 25 de Abril não foi um jogo de futebol, nem um campeonato nacional ou mundial. Mas, como um desafio, exigiu longos "treinamentos" e sacrifícios até encontrar a "táctica" adequada, que só pode tornar-se vitoriosa por encarnar as aspirações e contar com o apoio do povo. Otelo, ao lado de dezenas de militares brilhantes, participou na batalha de derrubada do fascismo. Porém, quando perdeu o controlo das rédeas da sua ambição pessoal, transformou-se numa catástrofe, precisamente no difícil e complexo momento de iniciar a construção de uma nova sociedade.

O comício em que "aceitou" candidatar-se novamente à Presidência da República em 1981, realizado na tarde de sábado na Voz do Operário é um exemplo disso (sem contar as cenas de farsa e ridículo).

OTELO ANUNCIOU CANDIDATURA ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

● «PROJECTO "EVOLUCIONÁRIO" EM ELABORAÇÃO

Otelo Saraiva de Carvalho anunciou ontem que vai candidatar-se às eleições presidenciais de 1981.

Otelo, que falava num comício, em Lisboa, da denominada Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com o general

Otelo (CNASGO) disse que divulgará em princípios de Janeiro próximo o «projecto revolucionário» da sua candidatura.

O major Otelo, que foi passado compulsivamente à reserva no princípio do ano, considerou ser possível chegar a uma «plataforma de entendimento» entre os partidos que apoiaram a sua candidatura em 1976, para a elaboração de um «Projecto Programático revolucionário».

Disse também estar prevista para Maio ou Junho a realização de uma «grande conferência de unidade popular» com o objectivo de serem criadas condições para uma candidatura às eleições para o Parlamento, em 1980.

«Queremos um forte grupo parlamentar revolucionário que seja a alternativa às forças reformistas do PS e do PC» —

afirmou.

Referindo-se, por outro lado, às eleições de 2 de Dezembro, Otelo apelou ao voto de «todos os que se afirmam de Esquerda», como «única forma de obstar a que o bloco de Direita consiga formar Governo».

Expondo a sua «análise política», Otelo concluiu que «se

Um membro de uma «Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com o General Otelo» perguntou, desempenhando um papel mal ensaiado, se o sr. Saraiva de Carvalho aceitava candidatar-se. Este, depois de fingir surpresa, rendeu-se às «pressões», perante «essa massa de companheiros» (que enchiam três quartos da sala).

Otelo sabia muito bem a importância da unidade, da não dispersão de esforços para derrotar o fascismo; o sr. Saraiva de Carvalho, no momento em que o país está preocupado em derrotar a reacção nas próximas eleições, realiza um comício para falar de «outras» eleições. Otelo agiu sob o som de «Grândola Vila Morena», onde «o povo é quem mais ordena»; o sr. Saraiva de Carvalho considera-se o «único polo» para unificar a esquerda; não contestou quando foi «elogiado» como «chefe do 25 de Abril», nem protestou contra as faixas que diziam «Otelo é o 25 de Abril», «Com Otelo a luta continua». (Nem Pelé era o futebol, nem tampouco Otelo o 25 de Abril; antes de Otelo nascer, a luta já se desenvolvia...)

Se fosse religião, inegavelmente estaríamos vendo nascer uma nova seita, com um profeta de cabelos grisalhos. Porém, uma seita em política é algo muito perigoso. O sr. Saraiva de Carvalho pretende misturar as duas coisas. Assim, comparou-se a Jesus Cristo, «um homem que também disse verdades que revolucionaram a Humanidade» e que por isso foi crucificado.



Otelo Saraiva de Carvalho, mais uma vez, irá concorrer às eleições presidenciais.

deve votar no PS ou no PCP em todos os círculos eleitorais onde os pequenos partidos não tenham possibilidade de eleger deputados».

Considero, entretanto, «natural» que, no círculo de Lisboa, «as pessoas votem nas políticas com que mais se identificam».

Noutro passo da sua intervenção, Otelo disse que, «sendo Portugal o país da Europa onde é mais vinculada a consciência revolucionária dos trabalhadores, o espírito bem vivo do 25 de Abril permite continuar a luta até à vitória».

Aludiu, a propósito, aos acontecimentos do 25 de Novembro como «apenas uma batalha que se perdeu».

Durante o comício organizado pela CNASGO, com o objectivo de «desenvolver uma grande mobilização popular de apoio e solidariedade ao camarada general Otelo, falaram também Francisco Mata (CNASGO), Manuel Serra (CNSPA), Mouta Liz (OUT), Pedro Goulart (PRP), João Lourenço (base-Fut) e Manuel Pires (MES).



O major Otelo passa a ser o quinto candidato às eleições presidenciais, que se realizam no segundo semestre de 1981.

Até ao momento anunciaram a sua candidatura ou criaram-se movimentos de apoio a Franco Nogueira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Paulino Meneses, advogado em Lisboa, Pires Veloso, ex-comandante da Região Militar Norte, e Galvão do Melo, ex-membro da Junta de Salvação Nacional e ex-deputado pela lista do CDS.

JN

25-11-79

«Campanha violenta»

«O êxito da Aliança Democrática depende de conseguir ou não mobilizar os abstencionistas» — considerou o general Galvão de Melo no decurso de um jantar no Porto, promovido pela comissão da sua candidatura à Presidência da República.

Durante o jantar, que reuniu cerca de 800 pessoas, Galvão de Melo preconizou também uma campanha de «extraordinária violência», em que fossem postos a nú e utilizadas as «fraquezas dos adversários que são muitas».

«Enquanto se está em luta não há que poupar meios para se ganhar essa luta» — sublinhou aquele militar que, citando um general americano, declarou: «Nada substitui a vitória».

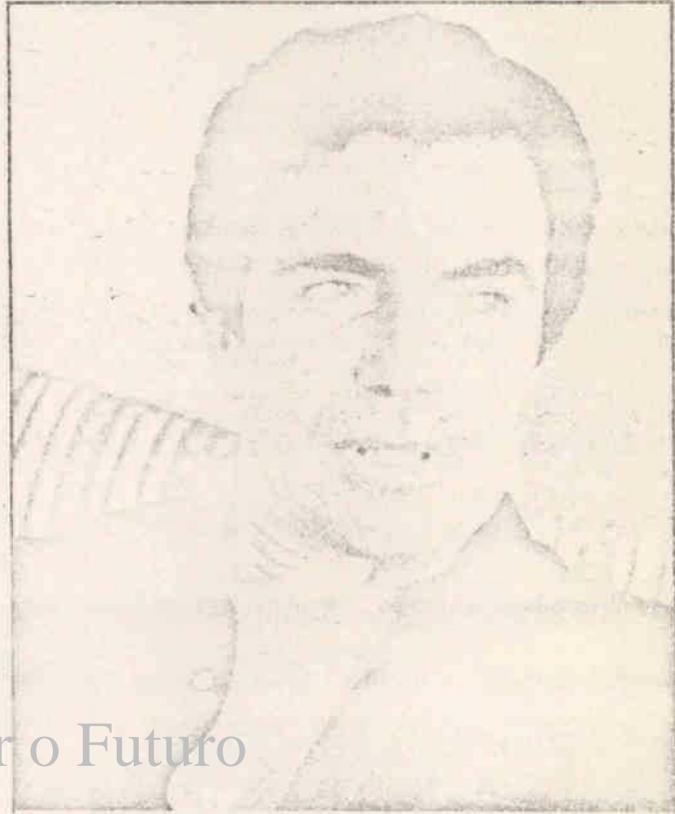
«Se a AD perde é uma derrota» — afirmou ainda Galvão de Melo para quem essa derrota implicaria um desânimo, em relação às «definitivas eleições de 80», dos abstencionistas que fosse agora possível mobilizar. «A própria Igreja não pode lutar e perder», disse ainda.

Por outro lado, Galvão de Melo considerou que se a AD ganhar «a vitória também pode

ser perigosa». Prevenindo os perigos que se podem deparar a um Governo da AD, citou os eventuais atritos que — considerou — deverão ser previstos para serem mais facilmente superados entre «quatro ideologias medidas dentro de uma unidade».

Quanto a outros perigos, o candidato à Presidência apontou a Constituição e a legislação «elaboradas em 75», que são «totalmente contrárias» à AD, um Presidente da República que estará «contra elas e que já tomou posição de prevenção contra essa vitória», o Conselho da Revolução «em que os portugueses verdadeiramente estão em minoria», os sindicatos, a oposição na Assembleia da República e certos postos-chaves nos ministérios e noutros sectores. Finalmente, o tempo poderá ser, por escassez, um perigo sobre a AD, uma vez que «em Portugal só se pode fazer trabalho de fundo».

Galvão de Melo teve ainda algumas críticas a Rui Afonso Eanes, que acusou de fraqueza, e de haver enganado Portugal inteiro por não ter cumprido as promessas feitas durante a sua campanha.



Uma campanha eleitoral de «extraordinária violência» foi preconizada por Galvão de Melo

Fundação Cuidar o Futuro

Também o sr. Saraiva de Carvalho, ante as «calúnias e ataques» responde: «Pai, perdoai-os, eles não sabem o que fazem». (Perdoar a quem?). Em seguida — o homem é modesto... — considerou-se um novo Galileu. Mas aí mostrou melhor os seus propósitos: a «Igreja» que o condena hoje seria o PCP...

Otelo combateu o fascismo ao lado dos comunistas; o sr. Saraiva de Carvalho quer destruir a «esquerda reformista». No que ele chama a sua «análise política» pode-se encontrar facilmente a fonte de sua inspiração. «A situação caracteriza-se por uma bipolarização esquerda-direita», diz (só falta pagar direitos de autor a Sá Carneiro). Ante o evidente crescimento das forças de esquerda na mobilização para derrotar a reacção, e o fracasso da ultra-esquerda, ele recomenda desistir agora e concentrar as tropas para as eleições de 80, com um

«forte movimento de unidade popular». Objectivo: derrotar não a direita, mas o PCP (o semanário reaccionário *O Tempo* aconselhava a direita que, mesmo não obtendo a vitória agora, deve concentrar o fogo para 80).

Não houve um só ataque à Aliança Reaccionária (que o sr. Saraiva de Carvalho chama respectivamente Aliança Democrática), ao contrário das críticas também exaltadas ao Presidente da República (que fariam sorrir de satisfação Freitas do Amaral).

O elixir para todos os mal-estares nacionais é um só: o sr. Saraiva de Carvalho. Quem diria que Otelo, que lutou contra o poder pessoal do «chefe», seria agora tão duramente atacado pelo sr. Saraiva de Carvalho. No final das contas, temos aí, fora de época, um caudilho munido de uma claqué subdesenvolvida e cercado de aprendizes de campanhas do culto à personalidade. Infeliz-

mente para ele, encontra-se num país que já ultrapassou esse estágio primário. E onde os trabalhadores sabem como é difícil construir a sua organização de vanguarda, que poderá levar à solução dos seus problemas. Com Pelés, ou sem Pelés.

Joaquim Soares

DIÁRIO 26 NOV. 79



SEGUNDA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1979 A CAPITAL

PIRES VELOSO VAI CANDIDATAR-SE ÀS PRESIDENCIAIS DE 1981

O coronel Pires Veloso, ex-comandante da Região Militar do Norte, decidiu candidatar-se às eleições presidenciais de 1981. A revelação foi recolhida pelo nosso jornal junto de uma fonte muito próxima de Pires Veloso.

O conhecido militar, que ultimamente tem estabelecido inúmeros contactos com representantes de alguns agrupamentos políticos, encontra-se actualmente colocado na direcção da Arma de Infantaria.

Assim, as próximas eleições presidenciais contam desde já com mais dois candidatos: Pires Veloso e Otelo Saraiva de Carvalho. Este último anunciou a sua decisão durante um comício realizado em Lisboa.

Um «bluff» chamado Henrique de Barros

27 NOVEMBRO 1979

Os praticantes marxistas têm, a nosso ver, entre as suas fraquezas, a muito bizarra, de quando em vez criarem os seus próprios mitos. Esta forte inclinação para o endeusamento, é-lhes aliás característica universal, não se restringindo só aos marxistas da nossa praça que atingiram o zénite da sua capacidade inventiva quando criaram a Catarina Eufémia, aliás disputadíssima por todas as facções inventoras de mitos.

Mas o pior é que se julgam no pleno direito de levarem os outros a prestarem também culto aos seus faunos, para os quais inventaram milhentas virtudes, ao mesmo tempo que lhes sonegaram as mazelas, mesmo as protuberâncias mais evidentes.

Vem isto muito a propósito da recente homenagem que se organizou à volta da comemoração dos 50 anos da actividade profissional do ex-professor de Agronomia, agora reformado, engenheiro agrónomo Henrique de Barros, a qual chegou ao exagero de envolver a presença do Presidente da República, do Primeiro-Ministro Pintasilgo e do Conselho da Revolução, prosélitos estes que, só por si, já significam muita coisa e, tão evidente, que nós dispensamos de recorrer a demonstrandos.

De qualquer modo, tão despropositada se nos afigura a homenagem, que somos forçados a vir a público avaliar a personalidade em causa, agora à luz da isenção e da verdade, furtando-nos a admitir que se propale uma imagem de marca, que é totalmente falsa.

Nada nos move contra o vestuário marxista e ex-catedrático de economia agrária do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, pessoa que até consideramos bastante urbana, observada que seja apenas de um ângulo estritamente pessoal.

Mas o homem é uma coisa, e a bandeira mitológica e inventiva que agora se está a querer orquestrar à volta de figura tão responsável pelos tristes destinos do nosso País, nestes últimos tempos, é rigorosamente outra coisa.

E todos nós temos o dever cívico de denunciar, tão vigorosamente quanto ainda nos for permitido, neste actual ambiente fortemente condicionado da expressão livre do pensamento, em que infelizmente hoje estamos vivendo, toda e qualquer reprovável tentativa.



Henrique de Barros — o «bluff» que os socialistas pensam colocar em Belém

Onde está a grande obra?

O que aí vai à volta de Henrique de Barros...

A como tal não bastasse, e o Instituto da Tapada da Ajuda fosse modesto para a pretensa entronização, houve que a fazer nas instalações da Fundação Gulbenkian, o que só pode levar-se à conta de acutilante ironia do destino, se atentarmos nos ideais e na obra de Calouste Zouk...

Em cargos estratégicos

Teve o professor Barros, pelos altos cargos que veio a ocupar depois do 25 de Abril — membro do Conselho de Estado, Presidente da Assembleia Constituinte, Ministro de Estado —, excepcionais oportunidades para poder desempenhar importantíssimo papel em prol do País, todavia tal não veio a suceder, contrariamente ao que foi dito na inusitada sessão solene da Fundação do Parque de Pathavã, a que se ficou, deste modo, por um mero comércio eleitoral de mais um decorativo deputado PS a querer poltrona nas bancadas de S. Bento, quicá a pretender candidatar-se à presidência daquele hemisfério.

Parece que, no dizer dos seus correligionários, teria sido no mundo do cooperativismo que o professor Barros teria tido a mais louvável acção. Limitamo-nos a interrogar: que cooperativas foram projectadas, ou lançadas, ou organizadas, ou salvas da falência ou realmente ajudadas, pelo velho paladino do cooperativismo? Quem as conhecer que nos responda.

Onde está a legislação adequada à promoção e à protecção das cooperativas?

Para quando a criação dos indispensáveis mecanismos creditícios que promovam efectiva ajuda financeira às cooperativas? Será às palavras e folhetos que se promove na prática o movimento cooperativista em Portugal? Onde estão pois os resultados concretos da "dedicação" do professor Barros à decantada causa do cooperativismo? E como seria fácil enxergá-los, se eles existissem, neste vastíssimo deserto cooperativista português!

O lutador antifascista

Para completarmos esta nossa avaliação do hominizado pró-cere socialista, vamos referir-nos à sua tão propalada faceta antifascista e onde, segundo os seus amigos, teria sido igualmente quantiosa a sua fecundidade.

Pensamos contudo que, também neste aspecto, os benevolentes admiradores do "mestre" se enganam a si próprios. Se não, vejamos.

É certo que ele foi saneado da sua cátedra em determinada altura, mas não tardou a ser readmitido e até reabilitado ainda em pleno governo do Dr. Salazar. Cabe aqui interrogar: quantos foram os professores universitários então afastados do ensino das nossas faculdades? Talvez uns 8 a 100. E depois do 25 de Abril, quantas dúzias foram os saneados?

Mas o que não deixa de ser um facto incontestável, é que o professor Barros, além de ter sido reconduzido em pleno Estado Novo, na sua cátedra — como ainda hoje não acontece com bastantes colegas e alunos seus —, passou activa e lucrativamente a colaborar com múltiplos organismos e homens do regime então vigente — o fascismo, como agora se deve pronunciar.

Assim, sua excelência elaborou muitos estudos e inúmeros pareceres que lhe foram encomendados e pagos a preços que ele próprio teve o ensejo e a liberdade de facturar a seu contento. E gozou da fama de não ser nada barateiro!

Como membro coerente da Associação Portugal-Rússia, teve o ensejo de ser convidado a ir visitar os camaradas do grande império das amplas, a fim de ver com os seus próprios olhos o que é, na prática corrente, o paraíso que espera os fiéis seguidores de Marx e de Lenine. Quando regressou da peregrinação que fez à Meca do marxismo, que críticas formulou à dureza do regime social-fascista que contemplou?

Já basta de Catarinas Eufémias

Não, Professor Barros, por maior respeito que nos mereçam os seus 75 anos de idade, por mais civilizado que o senhor se nos apresente, por mais vaselina que ponha na sua ignara e imponente reforma agrária, por mais que mascare o seu collectivismo, por mais que silencie o seu comprometido silêncio perante as infamantes situações que atrás referimos, por mais que os seus camaradas marxistas o desejem publicitar para fins e efeitos carismáticos, não podemos deixar de gritar bem alto que não damos cobertura a "bluffs" deste jaez, pois da Catarina Eufémia estamos todos já fartos e chegou a hora de o País ter, ao menos, o direito de saber concretamente quem foram os ideólogos, os teóricos, os políticos, os demagogos e os militares, em suma, os verdadeiros responsáveis, de uma forma ou de outra, pela destruição da fazenda e dos demais valores morais que constituem, afinal, o genuíno substracto da Nação e a autêntica coluna vertebral do Povo português.

Que o tenha feito fria e calculadamente, quase sempre a ganhar à grande, gastando 50 anos a explicar de cátedra como se deveria proceder teoricamente para levar por diante esta "linda" revolução que aí está à vista de todos, com os resultados que estão bem claros, já é demais! Mas que tenhamos, agora, de lhe prestar, ainda por cima, honras por isso, não! E não! Três vezes não!...

E por todo o mal que nos fez nestes últimos 4 anos, o menos a que o podemos justiciar é a dizer-lhe isto tudo publicamente, porque se tivéssemos em mão a possibilidade de o julgar e condenar, então a nossa sentença seria implacavelmente a de o obrigar a ir viver exclusivamente como lavrador por conta própria, no concelho de Márto-la, numa herdade com o máximo da área permitida pela sua lei — 700 hectares — ou, na alternativa, três anos de degredo no Alentejo, tendo como pena, ter de dirigir uma UCP ou uma Cooperativa de Produção dos seus camaradas em Marx, para os guiar técnica e administrativamente na condução dos respectivos latifúndios, mas sem poder aumentar os passivos já existentes.